



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

LORRANY OMENA COSTA DE SALES

**REPENSAR O TURISMO A PARTIR DA RELAÇÃO TURISTA/
TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL**

**BRASÍLIA
2022**

LORRANY OMENA COSTA DE SALES

**REPENSAR O TURISMO A PARTIR DA RELAÇÃO TURISTA/
TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de
Brasília, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília
Steinberger

**BRASÍLIA
2022**

LORRANY OMENA COSTA DE SALES

**REPENSAR O TURISMO A PARTIR DA RELAÇÃO TURISTA/
TERRITÓRIO NO DISTRITO FEDERAL**

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, na área de concentração Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Brasília, abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marília Steinberger

Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Gomes Brasileiro

Prof.^a Dr.^a Luzia Neide Menêzes Teixeira Coriolano

Ao meu amado vô, Antônio Areias de
Carvalho Costa (*in memoriam*) por olhar sempre
por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Nossa Senhora.

À minha mãe Juliane Omena, mulher guerreira e destemida, que me apoia em qualquer caminho que decido seguir. Ela me ensinou e ensina diariamente o que é o amor. E, se sou uma mulher forte foi porque uma mulher forte me criou! Sou grata, muito grata por ser filha de uma mulher tão incrível e por tê-la como minha grande amiga. “Ju” ou “juju” foi a primeira mulher da família a dirigir, a frequentar a faculdade, a trabalhar, a criar duas filhas sozinhas, a salvar muitas vidas durante a pandemia, entre outras infinitas qualidades e atitudes que fazem dela uma figura única para mim. Ela enfrentou inúmeros preconceitos simplesmente pelo fato de ser “tão ela”, e é justamente esse fato que a torna tão singular. Obrigada por acreditar em mim, obrigada pelas longas conversas, por me incentivar a buscar a minha essência e pelos cafés e sorrisos de sempre.

A meu amado e precioso avô, Antônio Areias de Carvalho Costa (in memoriam). Vô Toinho cravou dois conceitos em meu peito, fé e amor, sem os quais eu simplesmente não conseguiria prosseguir. Obrigada por ter deixado como herança a esperança num mundo melhor, nas pessoas e na vida – Sou grata por me ensinar o saber mais bonito, o da simplicidade! Obrigada também por me emprestar durante esses anos, suas duas características mais marcantes: a garra, e o espírito sonhador.

A meu amor de alma, Mateus, por estar presente em todos os momentos decisivos da minha vida, se mostrando feliz com minhas conquistas e me ajudando em todas. Obrigada por dirigir comigo por todo o Distrito Federal, para entrevistar 386 moradores. Se isso não é uma prova de amor, eu realmente não sei o que é! Juntos somos mais fortes, e todos os dias você me prova isso. Obrigada, por todo amor e carinho de sempre. Sem você nada disso seria possível.

A meu pai Marcos pelo apoio, e Cleide minha preciosa avó, por todas as orações e energias positivas que me mandam de tão longe.

Agradeço à minha irmã, Dayane por ser meu lado racional e objetivo, minha outra metade, e ao meu cunhado Rodrigo por tudo, pelo incentivo e apoio quanto a minha pesquisa. Vocês são essenciais.

A meus grandes amigos de UnB. Jaime Herzog, uma das melhores pessoas que já conheci na vida, obrigada pelas inúmeras conversas e preces feitas por mim.

A Rodrigo Bomfim, meu grande “irmão “e turismólogo preferido da vida. Obrigada pelas longas risadas pelo ICC, sou grata por ter um amigo que faz a vida parecer muito simples e fácil. E como eu sempre falo, todo mundo precisa de um Rodrigo na vida!

A Virgílio pelas inúmeras orações e conversas sobre espiritualidade. E pela visão tão madura de vida, apesar dos seus 25 anos. Te adoro, meu bem!

A meus padrinhos Conceição e Janduhy. Em especial a Janduhy pelas ajudas com os mapas.

A ESTAT – Empresa Júnior de Estatística da UnB pela ajuda com os dados.

Aos grandes amigos do turismo, minha eterna turma N: Marciell Ximenes, Sara Monteiro, Tiago Arnaud, Jéssica Rocha, Kallil Rodrigues, Samira Fonseca, Ana Júlia, Flávia Monteiro, Jaime Herzog, Joice Negredo, Juliana Martins, Jéssica Rocha, Nair Maria, Ricardo Rodrigues, Ricardo Teixeira, Rodrigo Barros, Mônica Fazzolino.

Aos professores que tanto me influenciaram com seu trabalho, em especial: Daniela Rocco, Everaldo Costa, Marília Steinberger, Claudia Andreolli, José Luiz de Andrade Franco, Iara Brasileiro, Lívia Barros, Alessandra Santos, Lana Pires e Antônio Fávero Sobrinho (in memoriam).

À Inês Maria Zanforlin e Mauro Gleisson de Castro pelas aulas incríveis de psicanálise, fundamentais para mim em diversos momentos! Agradeço a Mauro, em especial, não só pelas aulas, mas por ter se tornado meu analista e amigo. Obrigada pelas indicações de leituras tão fundamentais para a minha formação acadêmica e pessoal.

E um agradecimento muito especial, à querida e atenciosa Marília Steinberger, grande mestre! poucas vezes na vida conheci pessoas tão apaixonadas e dedicadas ao trabalho quanto ela. Agradeço à Marília por ter ido comigo até o final e por ter acreditado que eu conseguiria. Sou muito grata pela excelente orientação que tive, e por todo conhecimento e sabedoria que me proporcionou! Que Deus a proteja sempre para que possa iluminar muitas vidas assim como iluminou a minha. Você teve um papel fundamental para mim, jamais esquecerei. Obrigada, Marília!

Aos amigos do mestrado e ao grupo de pesquisa em Gestão Territorial e Ambiental, grupo composto por pessoas com quem partilhei bons momentos e obtive grande aprendizado.

A Diogo Diniz, amigo e mestre em Geografia, com quem partilhei muitas horas de estudo, Obrigada Didi!

E por último, e muito importante, aos moradores do Distrito Federal, por dedicarem um tempinho para responder minha pesquisa- mesmo em meio a correria do cotidiano! Sem vocês essa pesquisa não existiria!

“Descubrí que puedo vivir sin restaurantes, aviones, tiendas, o auto. Y confirmé que no puedo vivir sin música, libros y películas. La diferencia entre volverse loco o mantener la cordura la otorga el arte. Por eso, la cultura es un derecho humano de primera necesidad.”

José Ignacio Valenzuela

RESUMO

A dissertação pretende questionar o turismo global, apresentando seu outro lado, um turismo alternativo local, que ocorre a partir da proximidade do turista com o território. Para tanto, foi realizada uma discussão teórica sobre o turismo verticalizado e o turismo horizontalizado, bem como sobre as intencionalidades dos seus agentes. O aporte teórico dialoga com autores da Geografia e do Turismo que partem da premissa de que o turismo não é somente uma atividade econômica, mas também cultural e social em que o território e o turista são protagonistas. Para concretizar tal premissa, foi necessário aplicar uma pesquisa de campo no Distrito Federal e identificar os territórios frequentados pelos moradores do DF enquanto turistas. A análise dos resultados dessa pesquisa permitiu auferir que as práticas de turismo ocorrem nas adjacências do DF, evidenciando que o entendimento de “Região turística de Brasília” ocorre de maneira equivocada. A pesquisa constatou ainda que as práticas de turismo consistem em práticas das elites, pois não acontecem de forma igualitária para os moradores do DF.

Palavras-chave: turismo; território; verticalidades; horizontalidades.

ABSTRACT

The dissertation intends to question global tourism, presenting its other side, an alternative local tourism, which occurs from the proximity of the tourist to the territory. Therefore, a theoretical discussion was carried out on vertical tourism and horizontal tourism, as well as on the intentions of their agents. The theoretical contribution dialogues with authors of Geography and Tourism who start from the premise that tourism is not only an economic activity, but also a cultural and social one in which the territory and the tourist are protagonists. To materialize this premise, it was necessary to apply field research in the Federal District and identify the territories frequented by the residents of the DF as tourists. The analysis of the results of this research allowed us to conclude that tourism practices occur in the vicinity of the DF, showing that the understanding of "Touristic Region of Brasília" occurs in a wrong way. The research also found that tourism practices still consist of elite practices, as they do not happen equally to the residents of the DF.

Keywords: tourism; territory; verticalities; horizontalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resort como um exemplo de turismo verticalizado.....	53
Figura 2 - Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal.....	58
Figura 3 - – Catedral de Brasília.....	62
Figura 4 - – Palácio da Alvorada	63
Figura 5 - – Religiosos no vale do amanhecer em Valparaíso de Goiás.....	71
Figura 6– Comércio em Alto Paraíso de Goiás	72
Figura 7 - Mapa das regiões próximas mais frequentadas pelos moradores do Distrito Federal.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico de barras com percentual da amostra realizada por região administrativas	78
Gráfico 2 - Gráficos de barras da quantidade de pessoas na moradia além do entrevistado.....	79
Gráfico 3 - Gráfico de barras da Renda Mensal familiar	80
Gráfico 4 - Gráficos de barras da realização de viagens por localidades próximas ao DF	81
Gráfico 5 - Gráficos da realização de viagens por localidades próximas ao DF.....	81
Gráfico 6 - Gráficos de barras da variável costuma viajar sozinho ou acompanhado	83
Gráfico 7 - Gráficos de barras da variável “costuma viajar sozinho ou acompanhado?”	84
Gráfico 8 - Gráficos de barras da variável “costuma viajar sozinho ou acompanhado?”	84
Gráfico 9 - Gráficos de barras da variável prática do turismo nos últimos 5 anos nas localidades próximas ao DF	85
Gráfico 10 - Prática Turismo em localidades próximas ao DF nos últimos 5 anos....	86
Gráfico 11 - Gráfico de barras dos principais critérios de escolha dos locais que realizou turismo nos últimos 5 anos	87
Gráfico 12 - Gráfico de barras dos meios de locomoção mais usuais na prática do turismo no DF ou em regiões próximas.....	90
Gráfico 13 - Gráfico de barras da duração média das viagens	91
Gráfico 14 - Gráfico de barras preferência em realizar roteiro de viagens	92
Gráfico 15 - Gráficos de barras da variável Compra de um pacote turístico em pelo menos uma das viagens nos últimos 5 anos.....	93
Gráfico 16 - Gráficos de barras da variável Motivo da preferência da compra de pacotes turísticos	93
Gráfico 17 - Importância do Turismo	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

ESTAT – Empresa Júnior de Estatística da Universidade de Brasília

ESTAT – Empresa Júnior de Estatística da Universidade de Brasília

ETI's – Empreendimentos Imobiliários Turísticos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTur – Ministério do Turismo

PNMT – Programa de Municipalização do Turismo

PRODETUR-NE – Programa de ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste

RA's – Regiões Administrativas

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2 ANÁLISE DE DADOS	23
3 AS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO ÂMBITO DO TURISMO	26
3.1 Turismo verticalizado e turismo horizontalizado no Brasil	34
3.2 Território e turismo	41
3.3 A apropriação do território pelos turistas	49
4 DISTRITO FEDERAL, BRASÍLIA E LOCALIDADES PRÓXIMAS	57
4.1 Aspectos gerais de Brasília	60
4.2 Brasília e o Plano Piloto	62
4.3 Evidências do turismo praticado no Distrito Federal e localidades próximas	66
4.4 A Descoberta do Cerrado pelos moradores/turistas brasilienses.....	69
4.5 A RIDE e o entendimento da região turística de BRASÍLIA	73
5 ENTREVISTA COM O TURISTA/MORADOR DO DISTRITO FEDERAL	77
5.1 Região de moradia dos moradores do DF.....	78
5.2 Variáveis quantitativas dos domicílios do morador do DF	79
5.3 Renda mensal familiar dos moradores do DF	79
5.4 Viagens por localidades próximas ao DF	81
5.5 Meio de locomoção mais usual na prática do turismo em localidades próximas ao DF	90
5.6 Os turistas do DF e suas preferências em realizar roteiros de viagem ou comprar pacotes turísticos.....	92
5.7 Importância do turismo para o morador do DF.....	95
5.8 Visão dos turistas sobre fazer turismo em localidades próximas	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
APÊNDICE A	118

INTRODUÇÃO

No mundo atual globalizado, a atividade turística tem se consolidado por racionalidades hegemônicas, compreendidas como verticalidades, ou seja, formas de regulação externa que desconsideram o que acontece em cada território; um dos principais efeitos das verticalidades no turismo é valorizar determinados territórios em detrimento de outros. Entretanto, a apropriação do espaço pelos agentes sociais do turismo gera inúmeros territórios criados e recriados não somente pelos agentes do mercado ou poder público, mas também pelo turista.

No Brasil, pode-se observar os efeitos da verticalidade em destinos turísticos consolidados como, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, bem como algumas áreas litorâneas da região Nordeste, a exemplo do Ceará. Esses destinos foram, em sua maioria, estabelecidos por meio de incentivo do Estado e capital do empresariado nacional e/ou internacional.

Entretanto, apesar desse turismo verticalizado, voltado exclusivamente ao lucro, existe também outro tipo de relação que pode ocorrer no território pela ação dos turistas: o turismo horizontalizado, que propicia formas de convivência estabelecidas a partir do próprio território, dada por relações particulares e criativas advindas do turista como sujeito, e que beneficiam aos moradores locais de uma determinada área. Um caso intrigante pode ser observado no Distrito Federal, onde a despeito de muitos moradores terem alto poder aquisitivo, escolhem praticar o turismo em territórios vizinhos, em localidades próximas. Vale ressaltar que o morador/ turista advindo do DF possui diversas motivações para fazer turismo em áreas próximas.

Pouco se fala sobre a vida local no âmbito do turismo, ou sobre a realização de roteiros turísticos pelos próprios turistas e suas escolhas singulares, perante a todos os pacotes prontos disponíveis e incentivo midiática para regiões pontuais do Brasil.

Sabe-se que regiões como a Nordeste e Sudeste, se consolidaram como destino turístico por meio de ações governamentais e midiáticas que propiciaram a instalação de cadeias hoteleiras a exemplo de resorts e com isso atraíram alguns

fenômenos indesejáveis como a especulação imobiliária, esse fenômeno é caracterizado por favorecer a concentração de lucro para as elites.

Ao viajar o turista pode criar laços com determinados territórios, assim como influenciar um novo comportamento. Uma realidade diferente pode ser obtida por meio de seus relatos, uma vez que ele cria laços com o território. Sendo assim, é válido o interesse e curiosidade sobre o exercício dos turistas para repensar o modelo de turismo atual.

De modo geral, acredita-se que é possível entender o comportamento do turista somente quanto aos aspectos econômicos, tanto que o turista quase sempre é definido como consumidor. Não se percebe um intuito de se compreender suas motivações.

Empresas estatais e privadas utilizam a atividade turística sob um viés desenvolvimentista, subserviente ao capital. Entretanto, existe outro tipo de turismo que ocorre nos territórios, um tipo ainda pouco estudado, que consiste num contraponto a esses moldes. Existe um outro turismo para além do moldado pelos interesses do empresariado. Esse outro turismo, pode ser definido como um turismo mais autêntico frente a essa perspectiva de desenvolvimento hegemônico, sendo que esse tipo de turismo ocorre, frequentemente, em escala local/ regional.

A prática de turismo pode ser considerada uma das práticas mais relevantes do período contemporâneo, pois ela é um fenômeno do tempo livre, e vem sendo considerada por muitos autores uma necessidade da sociedade atual. Sendo assim, a realização dessa pesquisa, justifica-se devido ao fato do turismo, enquanto fenômeno da globalização, ser um grande agente transformador do espaço geográfico nos últimos anos. Além do aspecto econômico, a definição de turismo, remete também a conexão de pessoas, já que essa prática permite que muitas pessoas possam se conhecer, formar grupos, descobrir e escolher localidades diversas.

O turismo também se faz presente em regiões com a região Centro Oeste. Onde pode ser vislumbrando um turismo em escala menor, em âmbito local/regional. Essa prática consiste nas viagens a lazer e entretenimento efetivadas pelo morador

do Distrito Federal para áreas próximas. Isso permite inferir que há um protagonismo do turista quando elege territórios para fazer turismo.

O turismo não somente ocorre na esfera da RA1 – Plano Piloto, como compreendido pelo Ministério do Turismo, que denomina a Região Turística de Região Turística de Brasília- Patrimônio Cultural da Humanidade, o que automaticamente faz referência somente ao conjunto urbanístico tombado pelo Iphan.

Assim, a justificativa de ser meu tema, consiste no fato de ser moradora do Distrito Federal e considerar que o crescimento do número de turistas nas proximidades do Distrito Federal, se deve em grande parte deles serem provenientes das Regiões administrativas do Distrito Federal. Diante desses fatores, faz-se necessária uma análise sobre os moradores do Distrito Federal, pois acredita-se que existam peculiaridades de um turismo que se efetiva pelo seu deslocamento para localidades próximas. Isto permite indagar: O turismo é somente o que as cadeiras de hotéis e resorts oferecem, ou existe algo além? Existe uma proximidade do turista com o território? Será que de fato existe uma região turística sendo consolidada pelo morador do DF enquanto turista em localidades próximas? Se sim, quais seriam elas?

No capitalismo atual se considera que o turismo é verticalizado, um exemplo disso são os resorts construídos ao longo do país por grandes empresas. Esse é um turismo voltado às elites. Mas ao mesmo tempo que são encontrados grandes resorts no Nordeste, a exemplo dos instalados em estados como o Ceará, existe uma outra forma de fazer turismo, que permite mais proximidade do turista com o território. O que permite um repensar dessa prática socioeconômica.

Objetivo geral: Questionar o turismo global por meio de seus conflitos e contradições, apresentando seu outro lado, o turismo alternativo local.

Para tal finalidade, os objetivos específicos são: Realizar uma discussão teórica sobre os conceitos de verticalidades e horizontalidades; realizar uma discussão teórica sobre território, turismo e territórios de proximidade; realizar pesquisa de campo no Distrito Federal e Adjacências e identificar os territórios frequentados pelo morador do Distrito Federal enquanto turista.

A dissertação está estruturada em três seções. Na primeira seção serão apresentados os conceitos de turismo verticalizado e turismo horizontalizado, território e como os turistas se apropriam dos territórios- os territórios de proximidade.

Na segunda seção, serão evidenciados e conceituados o Distrito Federal e seu morador, bem como a história de Brasília e o entendimento de região turística de Brasília para alguns autores.

Na terceira seção se encontra a aplicação da metodologia de pesquisa junto aos moradores do DF, salientando a discussão sobre o turismo, o seu repensar, e a análise da região que os turistas frequentam.

Finalizo a dissertação com as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas para a construção teórica e metodológica da dissertação.

1 ABORDAGEM METODOLÓGICA E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para embasar a pesquisa, recorreu-se aos artigos da Scielo, e catálogo de teses e dissertações da CAPES. Foram consideradas teses, dissertações e artigos com temática relacionada ao turismo, território e turistas. Utilizando-se as seguintes palavras-chave: turismo, território, verticalidades e horizontalidades. O período temporal para a realização da pesquisa considerou o turismo praticado pelos moradores do DF nos últimos 5 anos, pois no ano de 2019 surgiu a Pandemia da COVID 19, e sendo assim ao questionar os turistas sobre o período de 5 anos, obteve-se informações de anos anteriores a pandemia, já que no período de 2019 em diante havia impedimento de realização de viagens. A pesquisa foi realizada com moradores encontrados nas próprias Regiões Administrativas (RA's) do DF, em novembro de 2021. Nesse momento, a maioria da população já havia tomado as vacinas da Covid, a ida a campo foi feita com o uso de máscaras e respeitando devido distanciamento para a realização das entrevistas.

A ida aos centros principais das 33 regiões administrativas foi necessária pois nos centros estavam os moradores dessas regiões, sendo assim, não foi encontrada grande dificuldade para entrevistar os moradores das RA's.

A escolha das perguntas da pesquisa foi feita por mim com base em variáveis consideradas importantes para a dissertação, a exemplo dos fluxos turísticos, dados socioeconômicos dos turistas, entre outros, que me fornecessem base para tentar abarcar a esfera perceptiva e comportamental dos moradores do Distrito Federal. Esses aspectos me deram informações em dimensões econômicas, sociais e culturais. Além disso, realizei leitura de artigos, teses e dissertações de estudiosos da geografia e do turismo, que me fizeram compreender melhor a configuração espacial e territorial do turismo. Sendo assim, na seção teórica da dissertação serão encontrados alguns nomes, como: Luzia Neide Coriolano, Aguinaldo César Fratucci, Marília Steinberger, Milton Santos e outros.

Ressalto que todos os autores selecionados fornecem olhares importantes para a temática desse trabalho.

Alguns autores, compreendem a importância do turista na cidade, pois é somente a partir da sua ação de empreender deslocamentos que há um crescimento da mobilidade “espacial e demográfica da cidade” (STEINBERGER, 2007). Ademais, o turista é um cidadão comum que possui necessidades não somente materiais, mas também psicológicas, ambientais e sociais, ele não é somente um agente que se desloca no espaço com finalidades de viagens.

Políticas públicas que promovem o lucro em detrimento do aspecto social, reforçam a ideia de um turista ruim, porém o turista em seu viés comunitário, pode criar laços com os moderadores bem como o sentimento de alteridade e respeito, esse turismo se contrapõe ao turismo da lógica global,

Esse protagonismo muitas vezes é somente abordado pelo seu viés negativo em diversas pesquisas, são inúmeros trabalhos que se destinam a falar que o turista é um agente que polui e destrói o meio ambiente, mas além dessas características atribuídas ao turista, de forma dialética, deve-se olhar para o seu outro lado, o que pode contribuir e gerar renda para comunidades locais, o cidadão que pode contribuir com empreendedores locais, que pode contribuir com a educação ambiental, entre outros. Sendo assim, esse aspecto não deve ser negligenciado, pois o turista ao formar laços com o território e com outros homens (sejam eles turistas ou comunidade local) tem muito a contribuir para o cívico territorial.

Muitos moradores de diversas cidades e municípios brasileiros são contra a instalação de grandes empresas turísticas e muitos buscam criar ajudas de projetos endógenos para contribuir com as comunidades locais que visitam (CORIOLANO; MENDES, 2009, p. 108). Sendo assim, o turista que também, antes de tudo é um morador da cidade, pode agir de forma criativa e colaborativa, sim eles podem criar laços com os lugares e com as comunidades locais.

Buscou-se apoiar em Milton Santos (2014, p. 59) ao afirmar, que cada novo momento do modo de produção ou cada momento crucial seu, a sociedade experimenta um movimento importante, verificado pelo surgimento de um novo conjunto de funções, e concomitantemente, pela alteração quantitativa e qualitativa das funções anteriores. Ou seja, a sociedade se manifesta por meio de processos, que por sua parte, irá se desdobrar através de funções, que se realizam por intermédio de formas.

E para estudar o conteúdo abordar o fenômeno das verticalidades e horizontalidades no turismo, foram realizadas pesquisas em teses, livros e artigos cuja prioridade esteve relacionada a abordagem da Geografia crítica. Além disto, a pesquisadora, tendo em vista um olhar para o conteúdo cívico do território e sendo um tema pouco abordado, foi necessário que a pesquisadora fosse a campo. A pesquisa de campo foi realizada nas Regiões Administrativas do DF ocorreu em outubro e novembro de 2021. Nessa ocasião foram entrevistados moradores do Distrito Federal. Em amostra calculada pela “ESTAT” – Empresa Júnior de Estatística da Universidade de Brasília.

A pesquisa exploratória, de acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 85):

Exploratórias - são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente).

Obtêm-se frequentemente descrições tanto quantitativas quanto qualitativas do objeto de estudo, e o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Uma variedade de procedimentos de coleta de dados pode ser utilizada, com a entrevista, observação participante, análise de conteúdo etc., para estudo relativamente intensivo de um pequeno número de unidades, mas geralmente sem o emprego de técnicas probabilísticas de amostragem. Muitas vezes ocorre a manipulação de uma variável independente com a finalidade de descobrir seus efeitos potenciais (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 85).

De acordo com Minayo e Sanches:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Assim, essa dissertação possui abordagem quali-quantitativa. Cujo, o objetivo central da pesquisa foi direcionado ao agente protagonista do turismo, o turista, e, portanto, consiste em um estudo de caso, que parte de uma pesquisa com o morador das 33 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Sendo assim, para abarcar esse universo de turistas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com aplicação de questionários.

Uma das principais vantagens da técnica entrevista semiestruturada diz respeito ao fato de produzir uma boa representatividade da população escolhida pelo pesquisador. A entrevista tem um índice de respostas muito mais abrangente do que os questionários enviados por correios, pois é muito mais fácil as pessoas terem receptividade para falar de determinados assuntos (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987).

2 ANÁLISE DE DADOS

Para selecionar os turistas utilizou-se a técnica da amostragem, a amostragem é uma técnica estatística que permite conseguir resultados aproximados para a população a partir de uma quantidade menor de informações, ou seja, por meio de observações de apenas um “pedaço” dessa população. Dessa forma, consegue-se, com um intervalo de confiança, reduzir os custos e otimizar o tempo de coleta de informações sem perder a credibilidade para o estudo em questão.

A amostragem é uma técnica estatística que permite conseguir resultados aproximados para a população a partir de uma quantidade menor de informações, ou seja, por meio de observações de apenas um” pedaço “dessa população. Dessa forma, consegue-se, com um intervalo de confiança, reduzir os custos e otimizar o tempo de coleta de informações sem perder a credibilidade para o estudo em questão.

Para o cálculo do tamanho da amostra, foi adotada a amostragem aleatória simples. Para tal, a variância utilizada foi igual à cota superior (0,25) por ser desconhecida. Além disso, foi considerada uma população finita, uma vez que o tamanho da população é conhecido. Foi utilizado erro igual a 5 % e confiança de 95 %. Para o cálculo das amostras por Região Administrativa¹ foi feita a amostragem estratificada por alocação proporcional, ou seja, o número de amostras foi de acordo com a porcentagem que aquela população da Região Administrativa representa na população do DF (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Os dados foram retirados do site da CODEPLAN do relatório de compatibilização entre as projeções populacionais, a PDAD 2018 e a nova delimitação (oficial) das regiões administrativas do Distrito Federal, que possui dados do volume populacional de 2018. Os dados utilizados foram os de 2018, onde

¹ Conforme Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 10: “Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida” (DISTRITO FEDERAL, 1993, art. 10).

a população do DF era de 2.881.900. Nesse mesmo relatório foram retirados os dados do volume populacional.

Na tabela a seguir, estão dispostos a quantidade de pessoas que foram entrevistadas segundo a região administrativa.

Para a realização da coleta, o questionário foi aplicado à 386 pessoas. Conforme cálculo da amostra da população, considerando a população de cada Região Administrativa (RA).

RA	Volume Populacional	Proporção	Amostra
Águas Claras	117.346	4,072%	16
Arniqueira	39.236	1,362%	5
Brazlândia	53.534	1,858%	7
Candangolândia	16.489	0,572%	2
Ceilândia	349.955	12,143%	47
Cruzeiro	31.079	1,078%	4
Fercal	8.687	0,301%	1
Gama	132.404	4,594%	18
Guará	133.748	4,641%	18
Itapoã	62.234	2,160%	8
Jardim Botânico	51.650	1,792%	7
Lago Norte	36.474	1,266%	5
Lago Sul	29.662	1,029%	4
Núcleo Bandeirante	24.786	0,860%	3
Paranoá	65.519	2,274%	9
Park Way	19.022	0,660%	3
Planaltina	177.540	6,161%	24
Plano Piloto	217.073	7,532%	29
Recanto das Emas	131.058	4,548%	18
Riacho Fundo	42.022	1,458%	6

RA	Volume Populacional	Proporção	Amostra
Riacho Fundo II	85.047	2,951%	11
SAI	1.926	0,067%	1
Samambaia	231.942	8,048%	31
Santa Maria	126.262	4,381%	17
São Sebastião	92.750	3,218%	12
SCIA	35.520	1,233%	5
Sobradinho I	69.363	2,407%	9
Sobradinho II	76.125	2,642%	10
Sol Nascente	83.102	2,884%	11
Sudoeste/Octogonal	54.559	1,893%	7
Taguatinga	210.142	7,292%	28
Varjão	8.891	0,309%	1
Vicente Pires	66.753	2,316%	9
Total	2.881.900		386

3 AS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES NO ÂMBITO DO TURISMO

O entendimento do turismo na contemporaneidade, pode ser mais bem compreendido, perpassando por conceitos fundamentais, nos quais podem ser citados: sob o viés de transição do modelo fordista de produção para o modelo de acumulação flexível. Para Harvey, a acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

O fordismo, modelo de produção caracterizado pela produção e consumo em massa, transformou significativamente a sociedade do século XX. Mas foi somente na virada deste século, quando houve uma transição para o regime de acumulação flexível, que algumas atividades consideradas não essenciais, a exemplo do turismo, começaram a repercutir mundialmente.

Isso se deve as constantes transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas ocorridas nesse período histórico, do pós-segunda Guerra Mundial. Como bem nos assegura Aragão (1999, p. 5)

Os ganhos de produtividade incorporados aos salários, no pós-guerra, o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação possibilitaram que a atividade turística, antes restrita a uma minoria, fosse difundida a uma parcela significativa da população.

Além disto, esse período “caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1996, p. 140).

Pode se dizer que o caráter pós fordista do turismo, evidenciou o interesse dos seus agentes em incentivar o consumo, isto proporcionou o crescimento de inúmeros empreendimentos hoteleiros no território, e um setor de serviços com

demandas cada vez mais especializadas, cuja finalidade consistiu em atrair um “novo” turista, conhecido também como viajante e/ou aventureiro.

Sabe-se que esse período histórico do capitalismo, pós fordismo, teve seu sustentáculo no meio técnico científico informacional, no qual o turismo foi uma das atividades com maior expansão mundial. Dentre os principais fatores responsáveis por esse crescimento está o crescimento do fluxo das viagens aéreas. Ademais, houve uma necessidade de transformar o tempo do ócio em tempo para as práticas de lazer. Dentre elas o turismo, a dança e os esportes recreativos.

Posteriormente a isto, o turismo vai se consolidar como uma prática de massificação e homogeneização do espaço e da economia, a exemplo do turismo de pacotes prontos que começam a surgir com o modo fordista de produção.

Algumas das características do turismo nesse período consistem no turismo de massa, evidenciado pela escolha de destinos de sol e praia principalmente, a proliferação de pacotes e os inúmeros empreendimentos turísticos espalhados pelo globo.

E por outro lado, para Brandão (2013, p. 38):

a flexibilização e diversificação do mercado turístico tem permitido o surgimento de um espaço heterogêneo, marcado pela emergência de novos usos, como o turismo de natureza, visitas aos sítios arqueológicos e a paisagens e grupos sob influência de culturas ancestrais, entre outros segmentos da prática turística.

O que denota segundo o autor o caráter pós-fordista do turismo.

Diante do exposto fica evidente que o turismo pode ser considerado um fenômeno da pós-modernidade. Esse fenômeno foi observado pelo sociólogo britânico John Urry (1999), em sua obra intitulada “O olhar do turista”, onde o autor aponta que a Pós-modernidade se estabeleceu pelo avanço da técnica e da tecnologia e pelo avanço dos meios de mobilidade.

O mesmo pensamento é compartilhado pelo sociólogo Zygmunt Bauman, que observou uma profunda mudança com a chegada da modernidade fluida e seus impactos nas atividades do cotidiano, algumas atividades de caráter mais sólido, a

exemplo do turismo, passaram a adquirir maior liquidez e dinamismo. Um exemplo disso foi a tentativa de transformação da grande aventura e descoberta de territórios pelos turistas em pacotes comerciais.

Diante desse novo contexto, o uso da "mídia exterior"² em âmbito global, no que tange aos segmentos de natureza, com destaque para o Ecoturismo, resultou em engenhos publicitários desenvolvido de forma desenfreada e até mesmo irresponsável por parte das empresas e indústrias, muitas vezes metamorfoseado de um discurso voltado a sustentabilidade.

Cintia Barreto Santos (2003, p. 7) traduz que existem muitas formas de anúncios em mídia exterior. Alguns engenhos deste tipo são: os outdoors (os mais conhecidos) e as propagandas em ônibus, trens, aviões, embarcações, em relógios, balões em lagos, oceanos ou piscina, semáforos, lixeiras, painéis de proteção para pedestre, faixas puxadas por aviões, enfim, em qualquer elemento do chamado, "chamado mobiliário urbano" que possa ser visto por uma boa quantidade de consumidores.

A mídia exterior teve grande visibilidade e impacto na divulgação de diversos segmentos de turismo, como o Ecoturismo³ e o Turismo de Sol e Praia⁴, entre outros. Esse turismo segmentado, característico do período pós fordista, consiste num modelo mais flexível de turismo.

Assim, agentes do turismo se mobilizaram em âmbito mundial, para consolidar a fluidez do capital no território, proporcionando experiências diversas e exóticas para um turista cada vez mais específico, e proporcionando um ambiente adequado a ele. Um exemplo disto são as infraestruturas do turismo de aventura e uma adequação de territórios de natureza para o turista aventureiro.

² São todos os engenhos publicitários instalados ao ar livre, nas vias públicas ou em espaços, além de rodovias de acesso a entradas, com o fim de divulgar/expor marcas ou mensagens de campanhas publicitárias de um determinado produto ou serviço, mediante o pagamento de locação/ aluguel do período pré-determinado (SANTOS, 2003, p. 6).

³ Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 2010, p. 17).

⁴ "Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor" (BRASIL, 2008, p. 16)

Essa dinâmica do turismo com viés mercadológico, pode ser verificada pela instalação de cadeias globais e suas infraestruturas turísticas que se espalharam pelo globo. De forma que fica evidente que alguns países, a exemplo dos Estados Unidos e França, conseguiram amplamente projetar suas destinações pelo globo.

Na América Latina não foi diferente, no começo dos anos 1990, a onda neoliberal começou a influenciar as políticas econômicas de diversos países. Uma prova disto foram as propostas e políticas públicas realizadas por diversos governos, a exemplo do Governo Mexicano, que para reinventar um modelo turístico de Sol e praia o associaram com outros segmentos do turismo, como o Turismo de Natureza, Ecoturismo, Turismo de Esportes, Turismo Cultural, entre outros. Houve assim uma coexistência de todas as modalidades turísticas com vistas a atração de capital.

Nesse contexto, a ideologia do Estado mínimo influenciou os diversos governos, o que resultou no enfraquecimento das economias nacionais e evidenciou a abertura dessas economias para economias internacionais, sendo assim, algumas atividades econômicas como o turismo se tornaram pauta do capital.

Para Rodrigues (2001, p. 106)

Um exemplo latino-americano de iniciativa estatal foi a construção do balneário de Cancún, no México, controlado pelo *Fondo Nacional de Fomento al Turismo*, financiado pelos setores público e privado e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Essa forma de produção do espaço turístico pelos Empresariado criou uma espécie de necessidade de tornar os lugares singulares. Sabe-se que O espaço turístico é produzido pelos comandos dos seus principais agentes. Esses agentes contribuem para a efetivação de um espaço econômico, onde são perpetuadas relações verticais. As verticalidades são símbolos dos moldes globais de seu desenvolvimento (SANTOS, 2000).

Pode se dizer que o espaço onde as atividades turísticas ocorrem são, em sua maioria, incentivadas pelo uso de técnicas que proporcionam a padronização dos serviços nos hotéis e resorts. Ademais, existe um fenômeno de mundialização da sociedade, que pode ser observado pelas constantes tentativas de homogeneização dos espaços turísticos.

Este fenômeno Pós-moderno, pode ser denominado de turismo verticalizado. O turismo verticalizado é uma pauta do capital, e, portanto, uma pauta internacional. De acordo com Santos (2000, p. 106) as verticalidades

As verticalidades podem ser definidas num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos. A ideia, de certo modo, remonta aos escritos de François Perroux (L'economia du XX'siècle, 1961), quando ele descreveu o espaço econômico. Tal noção foi recentemente reapropriada por Manuel Castells (1999). Esse espaço de fluxos seria, nas realidades, um subsistema dentro da totalidade- espaço, já que para os efeitos dos respectivos atores o que conta é, sobretudo, esse conjunto de pontos adequados as tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico (SANTOS, 2000, p.106).

Conforme explicado acima, existe um fenômeno de mundialização que pode ser observado pelas constantes tentativas de homogeneização dos espaços turísticos. Um exemplo disso, são os modelos de empreendimentos turísticos replicados no mundo. como os grandes centros de lazer, a exemplo os museus na Europa ou os resorts espelhados em Cancún.

Destinos considerados casos de “sucesso”, como foi o exemplo de Cancún (que obteve crescimento econômico por meio do turismo) se tornaram referências para os países da América Latina. Isto gerou uma necessidade dos agentes do turismo em criar modelos turísticos baseados em referências como Cancún, porém o viés econômico se deu em detrimento da esfera ambiental e das comunidades tradicionais.

Assim, fica evidente diante desses argumentos, que o turismo verticalizado é um modelo de turismo que é proporcionado e reforçado por uma visão estratégica e empresarial dessa prática. As macroempresas se especializam em determinados territórios e suprimem os atores que não são os do tempo rápido, além disto, esse tipo de turismo se dá em detrimento dos interesses coletivos, e as demandas dos principais protagonistas dessa prática, os turistas.

A homogeneização do território, de acordo com Santos (2006), também pode ser representada pelo tempo no qual o território é regido, se ele é regido pelo tempo rápido da globalização, significa que um pequeno número de atores participa das

decisões sobre o turismo, com o seu excesso regramento e normatização, há uma repetição dos moldes globais. Em contraponto a isto, o Turismo horizontalizado, irá favorecer um tempo mais lento, o tempo do cotidiano, definido por agentes locais, dentre eles, o turista, o grande protagonista do turismo.

Diante dos argumentos acima, é claro, que tornar-se um destino turístico mundialmente reconhecido é tarefa bastante difícil e somente é possível por meio da ação conjunta dos agentes do turismo, mas esses agentes podem trabalhar visando somente o lucro, ou podem trabalhar conjuntamente para favorecer o espaço de todos⁵. É justamente este conflito na dinâmica territorial do turismo, entre os agentes hegemônicos, os denominados agentes econômicos, e os agentes hegemonzados, que surge a necessidade de repensar a prática turística na contemporaneidade.

É importante frisar, de forma dialética, que existe um outro modelo de desenvolvimento do turismo, é um turismo alternativo, que valoriza as peculiaridades do território e evidencia a resistência da sociedade frente as peças da globalização. Esse é o turismo horizontalizado.

Fazendo um contraponto dessas duas lógicas, pode se destacar que a diferença entre o turismo verticalizado e o horizontalizado consiste nas formas e intencionalidades dos atores. Essas intencionalidades são diferentes. O internacional utiliza o território de forma global, o território como recurso, e o horizontalizado utiliza o território de forma local.

Nas horizontalidades é possível, portanto, confrontar os valores hegemônicos das verticalidades, através da resistência local ou incorporação de valores locais. O Turismo horizontalizado é um turismo pautado pela ação de vários atores, que segundo Santos (2006) agem em tempos diferentes, o tempo rápido e o tempo mais lento.

Assim, para que haja um turismo horizontalizado, é preciso que os atores do turismo estejam integrados a fim de proporcionar um crescimento do turismo interno(endógeno), proveniente das localidades. (ARAÚJO, 2011, p.4). O Turismo horizontalizado proporciona um desenvolvimento que não tem como finalidade o crescimento dessa atividade para a concentração de renda das elites.

⁵ Denominado por Milton Santos de espaço banal.

Conforme Cristina Pereira de Araújo (2011), o turismo horizontalizado permite o desenvolvimento de um turismo voltado a sociedade. Logo, é importante compreender que o turismo deve ser contemplado a todas as camadas da sociedade, já que ele é fenômeno do movimento, do deslocamento, do homem que possui tempo livre, essa prática devia ser acessível a todos.

A autora deixa claro, que há tempos ele vem sendo um fenômeno das elites, e além disto, é uma atividade que vem sendo voltada ao lucro, mas para além disso, essa é uma prática cultural e social. Isto, só poderá ser colocado em prática pela ação conjunta de atores que não os voltados ao capital financeiro, pois estes estão comprometidos com a homogeneização dos espaços turísticos.

Não é exagero afirmar que, existe um discurso associado às bandeiras internacionais. Resorts são construídos por meio de um discurso de geração de emprego. Esse discurso de comandos distantes do turismo está associado

A perpetuação de uma sociedade com características coloniais ainda tão enraizadas em nossos dias atuais, e que insiste em um crescimento pífio do país aliado à (sua) concentração de renda (ARAÚJO, 2011, p. 4).

Ao observarmos a existência de fomentos entre verticalidades e horizontalidades no âmbito do turismo, conforme explicado acima, em tese, pode se observar que existe um impasse instaurado entre o primeiro, um turismo voltado ao capital financeiro internacional, e o segundo, que consiste no crescimento do turismo de dentro para fora. Um dos instrumentos que permite o desenvolvimento do turismo endógeno, por exemplo, são os Planos Municipais para o desenvolvimento do Turismo (ARAÚJO, 2011, p.4). De acordo com Cruz (2006, p. 337) há uma peculiaridade no âmbito do turismo:

Dada a natureza das relações de que estamos tratando uma atividade geradora de riqueza e os sujeitos sociais responsáveis por sua promoção e organização - é forçoso reconhecer que as convergências (temporais), espaciais, de interesses etc.) se somam as contradições que são, em suma, as contradições do próprio processo de produção do espaço (CRUZ, 2006, p. 337).

A autora deixa claro, na citação acima, que existem interesses diferentes em cada período histórico, esses interesses advêm dos diferentes atores das atividades hegemônicas desse período. Aqui cabe ressaltar o turismo como uma atividade protagonista e bastante visada pelo capital financeiro. Há uma lógica orientadora, que se perpetua nesse período, ela se dá pelo Estado e pelo mercado. De acordo com Cruz (2006, p. 339):

Considerando que a matéria-prima do turismo é o espaço, reconhecemos desde já um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades econômicas, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica (CRUZ, 2006, p. 339).

Como salienta Cruz (2006), o turismo é uma atividade econômica diferente das outras pois consiste em uma prática social, onde o turista exerce um grande protagonismo, pois é ele quem elege um território para sua prática. Considerando que os destinos turísticos são acima de tudo, construções sociais e culturais, pode se inferir que os turistas ao escolherem determinada localidade para realizar as práticas de turismo, irão demandar estruturas que os atendam, bem como podem gerar empregos para a localidade escolhida.

É necessário nesse contexto, que haja uma junção dos agentes do turismo para pensar políticas que considerem a escala local para consolidar o seu desenvolvimento, para que haja uma integração do turismo com outras políticas públicas setoriais. Um desenvolvimento mais horizontalizado do turismo consiste em voltar o olhar para a esfera local.

Muitos países subjugados pelos países centrais do globo, tentaram tornar seus territórios propícios ao capital privado internacional. Esses países comandaram e ainda comandam a atividade turística no que diz respeito as ações e objetos do turismo no território, um exemplo disto são as grandes empresas que se reproduziram em países como o Brasil.

3.1 Turismo verticalizado e turismo horizontalizado no Brasil

No Brasil, na década de oitenta, ficou evidente uma expansão da atividade turística, principalmente na região Nordeste. Essa evidência se dá por meio de um enorme crescimento de redes hoteleiras internacionais em território brasileiro. Redes famosas como a Holiday Inn, *Meridien* e *Mediterranéé* foram vistas principalmente pelo litoral nordestino do país. Os resorts (foram responsáveis pelo desenvolvimento do turismo nessa década). Vale ressaltar, que esses empreendimentos imobiliários, possuem sede em países centrais, como os Estados Unidos da América.

No Brasil, para Santos e Silveira (2001, p. 235), instalação de cadeias globais ou da ampliação das suas infraestruturas e localizações (*Sofitel, Holiday Inn, Sheraton, Othon, Caesar Park* entre outras) e instalação de pequenos hotéis e pousadas administradas por famílias”. Novas modalidades, como os hotéis-fazenda, o Club *Mediterranéé* e os resorts e hotéis ligados ao sistema Time-sharing colonizam o território. A *Resorts Condominium Internacional (RCI)*, uma das 13 empresas da holding americana hoteleira *Hospitality Franchise Systems (HFS)*, foi um dos vetores da introdução no Brasil do sistema *Time-Sharing*.

No que tange aos objetos turísticos encontrados no território brasileiro, de acordo com Santos e Silveira:

Analisando o número de hotéis em 1982 e em 1998, observamos que em capitais de Estado como Belo Horizonte, Curitiba e Recife e outras com função turística importante, como Florianópolis, Fortaleza, Natal e Salvador, tem aumentado a quantidade de estabelecimentos hoteleiros”. Essa é também, a situação das cidades turísticas de Porto de Galinhas, Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Búzios, Parati, São João Del Rei, Bertioga, Ilhabela, Ubatuba, Campos do Jordão, Ilha do Mel, Camboriú e Foz do Iguaçu (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 235).

Um crescimento é identificado também nas três metrópoles mais importantes do país – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília -, vinculado tanto a funções de governo como ao próprio dinamismo da indústria, do comércio e dos serviços, sobretudo das atividades ligadas à informação. O lazer e o turismo criam igualmente demandas relevantes de alojamento. Negócios e turismo caracterizam a natureza da nova procura hoteleira de São Paulo (GERAIGES DE LEMOS, 1996).

O aumento do número de viagens apontou mais uma manifestação desse novo espaço de fluxos. Entre 1967 e 1987 o crescimento foi de cerca de três vezes (de 531 agências para 1582 agências). Deste último ano até 1996, um processo de fusões e falências fez cair a quantidade para 1312, das quais 310 (23,6%) localizam-se em São Paulo, 270 em Minas Gerais, 106 no Rio de Janeiro e 102 no Rio Grande do Sul.

Paralelamente, os *spas* começam a instalar-se na década de 1970, mas tornam-se significativos nos anos 90. Em 1996 existiam mais de cem estabelecimentos. A preocupação com o corpo torna-se uma moda também satisfeita com o crescimento do número de esportes e a multiplicação dos seus tipos. Aliado a isto, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 237), ocorreu um “uso maior do espaço público das cidades”, isto foi decorrente de uma concentração de pessoas com forte vocação para o consumo espiritual, um exemplo disso eram os pequenos encontros em templos tradicionais, como o Templo da Boa Vontade, construído por José de Paiva Neto no ano de 1989.

De acordo com os autores, ao longo do país, empresas e associações especializadas promoveram esses encontros, dos quais os mais importantes pertencem a setores como moda, vestuário e acessórios, turismo, saúde e beleza, supermercados, livros e educação, indústria de plásticos, caça e pesca, festa e jogos.

De acordo com os autores, houve um crescimento de cadeias hoteleiras internacionais, principalmente nas regiões “Norte e Nordeste, e certos grupos internacionais, como o Sol-Meliá, construíram seus empreendimentos em cidades do interior paulista”.

Até o começo da década de noventa o turismo era visto como uma atividade irrelevante. Nessa década, houve uma tendência em tratar o turismo meramente pelo viés do negócio. No período dos Governos de Fernando Collor de Mello – Fernando Henrique Cardoso, ocorreu uma transformação no processo de produção do turismo no Brasil e no mundo inteiro.

Esse processo de produção se deu por agentes como os fundos de investimentos imobiliários e empresas de capital aberto na bolsa de valores. Sousa

(2018) salienta que houve uma descentralização do turismo, no qual a força estatal foi sendo substituída pela entrada de novos atores sobretudo os da iniciativa privada. Algumas ações foram implementadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, dentre elas estão: o rebaixamento da Embratur como entidade satélite do Ministério do Esporte e Lazer e a outra foi a criação do Programa de Municipalização do Turismo (PNMT).

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2013, p.17), a Política nacional de Turismo voltada para o enfoque territorial se iniciou através do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em 1994. O Programa surgiu com o intuito de desenvolver a atividade turística em esfera municipal e foi bastante expressivo para a mobilização dos agentes no fomento das atividades turísticas no País.

Tendo em vista a estruturação e promoção do turismo no país, o Ministério do Turismo criou no ano de 2004 o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Esse Programa constitui-se em uma política pública, de enfoque territorial, instituída através do Plano Nacional do Turismo 2003-2007.

O Programa teve início com a participação dos diversos agentes atores do turismo, tais quais: representantes de órgãos de turismo municipais e estaduais, iniciativa privada, instituições de ensino superior, entre outros. Esse processo é amparado pelo Mapa da Regionalização do Turismo. Para se definir as regiões turísticas do Mapa, é recomendado através de um processo democrático que os agentes realizem seminários, reuniões e oficinas para definição do conjunto de municípios que irá formar determinada região turística.

O Mapa dispõe de recortes territoriais a serem trabalhados pelo Ministério. É um instrumento que regionaliza os municípios de acordo com suas especificidades e serve para auxiliar o Ministério do Turismo (MTur) na gestão de políticas públicas e recursos financeiros para estados e municípios brasileiros. O Ministério do Turismo define que as regiões turísticas devem possuir territórios com características semelhantes que vão desde a identidade histórica, cultural, econômica e ou geográfica. Em sua grande maioria esses territórios abarcam municípios adjacentes (BRASIL, 2019b).

Os municípios brasileiros turísticos são classificados através de categorias (A, B, C, D e) a partir da seguinte variável: equipamentos turísticos materializados no território (ALMADA, 2019). Além dos equipamentos são avaliados nos diversos municípios a quantidade de turistas nacionais e internacionais, bem como os empregos gerados pelo setor (BRASIL, 2019b).

No Brasil, houve um incentivo e crescimento da venda de pacotes turísticos domésticos em contraponto aos pacotes internacionais. Esses pacotes de turismo, eram ofertados para a classe A e B do Brasil, cuja os destinos eram as áreas litorâneas do país.

Em pesquisa realizada pelo guia de *resorts* do Brasil, no ano de 2012, foi constatado que o turismo nos *resorts*, atendeu em sua maioria turistas nacionais. Aliado a isso, houve um pequeno crescimento do fluxo internacional. Em 1995, a participação do Brasil era de 0,36% no número de turistas estrangeiros, e passou para 0,53% em 2011 e no que tange as receitas com o turismo internacional, passou de 0,22% em 1995 para 0,54% em 2011 (SERSON, 2006).

Sendo um dos principais atores internacionais do turismo, as redes hoteleiras estão nos principais países do globo, mas também estão replicados nas principais cidades brasileiras, em suas costas litorâneas, ainda com forte incidência em municípios da cidade do Rio de Janeiro e da Região Nordeste.

A grande propagação dos empreendimentos turísticos imobiliários em destinos turísticos já consolidados se deu por meio de políticas públicas que fomentaram o turismo no país.

Esse fenômeno ocorreu em função de uma crescente valorização das suas zonas litorâneas em função das práticas de lazer. Os principais agentes hegemônicos do capital, tornaram essa região propícia para o desenvolvimento de novos usos, um deles o turismo. Mas, os inúmeros empreendimentos turísticos imobiliários como os *resorts* e os empreendimentos imobiliários turísticos (ETI'S), ao serem difundidos nesses territórios geraram impactos sociais, culturais e ambientais. Isto permite afirmar que houve um problema no planejamento e desenvolvimento da atividade turística pelos atores hegemônicos da região, que optaram pelo crescimento da atividade turística em detrimento das comunidades tradicionais.

Posteriormente a isso, houve o surgimento do turismo de segunda residência, na região Nordeste do país, por meio da expansão das rodovias (ARAÚJO, 2017). Um grande exemplo de lugares que sofreram intervenções foram os balneários de Pipa (Rio Grande do Norte), Praia do Forte (Bahia) e Porto de Galinhas (Pernambuco). Em todas essas localidades podem ser verificadas infraestruturas turísticas, denominadas também como objetos do turismo, totalmente voltados a uma “urbanidade racional” (BRANDÃO, 2013, p.30) que gerou territorialidades diversas, pois os agentes do turismo- dentre os quais podem ser citados o Estado, o Empresariado (ou agentes econômicos), as comunidades tradicionais, a população e os turistas- mediram forças para se apropriar de determinados territórios.

No início do século XXI a administração pública brasileira começou a pensar no desenvolvimento do turismo em âmbito federal. Retomou-se o olhar para as políticas públicas. Surgiram muitos Planos e Programas tendo em vista a geração de emprego e renda. No ano de 2003, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o MTUR – Ministério do Turismo. E, posteriormente, foi criado o primeiro Plano Nacional de Turismo.

O Estado nesse período começou a eleger porções do território para a finalidade turística. Nesses territórios foram implementadas infraestrutura turística básica, como rodovias, estradas, aeroportos e hotéis. Além disso, foram modernizadas outras infraestruturas com a finalidade de atrair capital privado. Foi assim que o Estado agiu como agente transformador do Espaço e o tornou atrativo ao capital externo. No centro dessa política de atratividade ao capital estava justamente a região Nordeste. Assim surgiu o PRODETUR-NE (Programa de ação para o desenvolvimento do Turismo no Nordeste).

Em suma, a finalidade de Programas como o PRODETUR, era a de transformar essa região propícia a fluidez do capital. Uma das formas de atingir essa meta foi através da modernização das infraestruturas turísticas já existentes, bem como a criação de novas. Ou seja, houve uma adequação do território brasileiro para o turismo.

Sabe-se que estruturas como as de transporte são primordiais para o desenvolvimento da prática turística. Essas estruturas podem ser chamadas de fixos. Esses fixos permitem a fluidez dos fluxos turísticos nos territórios. Esses fixos

aliás influenciam muito nos fluxos. A ocorrência do turismo enquanto meio de reprodução do capital favorece, segundo Tartarotti (2015 apud SANTOS, 2008) uma economização da vida social.

De acordo com Casimiro Filho (apud SEDETUR, 2004, p. 24) com estudo realizado pela Embratur no ano de 2001, houve contribuição do turismo em 7,54% do PIB nacional.

Esse fato demonstrou a importância do turismo para gerar receitas para o país. De acordo com a Embratur, no ano de 2003, a nível global o Brasil ainda não consistia em grande destino turístico (SERSON, 2006).

Compreende-se que o setor de serviços ainda está entre os de maior representatividade na economia regional do Nordeste e Sudeste Brasileiro. O turismo é compreendido como uma das principais atividades econômicas dessas regiões.

Sabe-se que os territórios nordestinos foram turistificados devido as suas belezas naturais. Suas belas paisagens, sejam elas naturais ou construídas tornaram-se objetos de consumo do turismo. Isto pode ser observado por meio do marketing territorial promovido na região, via Estado e Empresariado em função do capital financeiro.

De acordo com Araújo e Filho (2015) o desenvolvimento do turismo por meio da tipologia *resort* combinado com o mercado imobiliário gerou um produto, que pode ser denominado de empreendimento turístico imobiliário. Essa é mais umas das alternativas de reprodução do capital financeiro no mundo atual.

Em uma análise sobre a fluidez que rege as atividades e relações econômicas, Santos (1994) ressalta que há um novo funcionamento do território, são as verticalidades e horizontalidades. O turismo possui um caráter espacial. O espaço turístico é produzido pelos comandos dos seus principais agentes-atores. Esses agentes-atores contribuem para a efetivação de um espaço econômico, onde são perpetuadas relações verticais. As verticalidades são símbolos dos moldes globais de seu desenvolvimento (SANTOS, 2000).

Pode se dizer que o espaço onde as atividades turísticas ocorrem são, em sua maioria, incentivadas pelo uso de técnicas que proporcionam a padronização dos serviços nos hotéis e *resorts*. Ademais, existe um fenômeno de mundialização da sociedade, que pode ser observado pelas constantes tentativas de homogeneização dos espaços turísticos. Este fenômeno Pós-moderno, pode ser denominado de turismo verticalizado. O turismo verticalizado é uma pauta do capital, e, portanto, uma pauta internacional.

Conforme explicado acima, existe um fenômeno de mundialização da sociedade, que pode ser observado pelas constantes tentativas de homogeneização dos espaços turísticos. Um exemplo disso, são os modelos de empreendimentos turísticos replicados no mundo. Um exemplo disso são os grandes centros de lazer, como os museus na Europa

Fica evidente diante desses argumentos, que existe um turismo verticalizado. Esse tipo de turismo é proporcionado e reforçado por uma visão estratégica e empresarial dessa prática. As macroempresas se especializam em determinados territórios e suprimem os atores que não são os do tempo rápido, além disto, esse tipo de turismo se dá em detrimento dos interesses coletivos, e as demandas dos principais protagonistas dessa prática, o turista.

A respeito desse turismo que há tempos vem sendo realizado, existem algumas considerações: os atores hegemônicos estão esquecendo que o turismo é uma prática do turista (quem chega) e de quem os recebe (o morador das localidades). Conforme explicado por Theobald (2002), o turismo é um fenômeno do tempo e espaço e a dimensão cultural, social e política é quase sempre ignorada, bem como o aspecto ambiental.

Ao longo da trajetória do turismo no Brasil pôde se observar um incentivo a uma integração em escala regional e municipal. Um exemplo disso foram algumas ações expressivas como a criação de Conselhos municipais e outras ações expressivas que envolveram os diversos atores do turismo e não somente os da iniciativa privada. Essa junção de atores colaborando com o turismo, consiste num turismo solidário, horizontalizado, diferente dos modelos de reprodução do lucro, a exemplo dos Resorts e Hotéis (turismo verticalizado).

3.2 Território e turismo

Para iniciar esse debate, é importante evidenciar que território e espaço não são sinônimos. Friedrich Ratzel foi o pioneiro na abordagem do território. Para ele, se traduzia em um espaço referente a uma nação e organizado por um estado. A teoria Ratzeliana tratou o ser humano meramente sob o ponto de vista biológico, e não social. Essa concepção, teve suas bases em Charles Darwin e posteriormente receberá o nome de determinismo geográfico⁶.

A partir dessa premissa de que o solo condicionava as formas de vida, Ratzel enxergava a relação espaço-sociedade de uma forma determinista, para ele a posição geográfica de um território e o seu tamanho eram considerados fundamentais para o exercício do poder, e por isso o Estado deveria assegurar o desenvolvimento de políticas territoriais para que esse poder pudesse ser mantido e seus domínios pudessem ser ampliados.

É importante ressaltar que essa concepção organicista de Ratzel trouxe ainda uma outra leitura sobre o Estado, compreendendo o como a única fonte de poder e essa forma de compreender o Estado perdurou até 1970.

De acordo com vídeo do YouTube (AULA... 2021) alguns autores iniciaram debates sobre a precedência das categorias território e espaço:

o espaço não é unicamente extensão e nem unicamente domínio do Estado, mas a diferenciação dos conteúdos, isto é, o espaço inclui o valor dos conteúdos do conjunto físico de um território mais o valor dos homens que nele habitam.

Para Sack (1986), o conceito de território não está somente ligado ao reino animal, para ele o território está intimamente ligado a territorialidade humana, que é “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos, e relações, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica” (SACK, 1986, p. 19 apud OLIVEIRA, 2020, p. 20).

⁶ Essa teoria afirma que o homem é um produto do meio.

Sendo assim, há que se reconhecer a existência de outros agentes além do Estado no processo de disputa de poder. Entre os agentes citados estão: as grandes corporações, a sociedade civil e as ONGS. Vale ressaltar que até os dias atuais, existem embates sobre a precedência das categorias território e espaço, muitos se questionam qual deles viria primeiro.

É Raffestin (1993) quem dará contribuições valiosas nesse sentido, e iniciará um debate na obra “Por uma Geografia do Poder”. Raffestin considerou que autores da Geografia Política clássica se concentraram em desenvolver uma geografia centrada no Estado. O autor critica esse viés, pois existe poder político em toda forma de organização (VILAS BOAS, 2015). Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Em sua Geografia do Poder, o autor verifica que o debate em torno do poder não tem muita originalidade desde que os autores da Geografia clássica substituíram esse conceito chave pelo de Estado, que por muito tempo foi o protagonista nas reflexões políticas. O autor propõe uma problemática relacional, na qual o poder é a chave – “em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido”.

Claval aponta que o território pode ser entendido como uma categoria fundamental para o entendimento da classe espacial. O autor é enfático ao afirmar que “os grupos só existem pelos territórios com os quais se identificam” (RAISON, 1977, p.p.412-432 apud CLAVAL, 1999, p. 11) A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela.

As relações que o homem mantém com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens

concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999, p.11).

No início da década de noventa, o território passou então, a ser abordado em sua dimensão vivida, com textos que apontavam a “importância do fenômeno de territorialidades para apreender dinâmicas socioespaciais” (PAULA, 2011, p. 108-109). Posteriormente a isto, foram constatadas poucas pesquisas empíricas nos territórios, o que terá como consequência uma carência nos debates.

É Milton Santos, alguns anos depois, mais especificamente no ano de 1994, que vai insistir que o território em si não é objeto de análise social, mas sim o seu uso. O território para o autor, é visto como um conjunto de formas, mas o território usado é um conjunto de objeto e ações (GOMES; STEINBERGER; BARBOSA, 2013), que segundo Santos é sinônimo de espaço habitado, espaço humano. Nas palavras de Milton Santos:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constatare revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1994, p. 15).

Para Santos (1994), como vimos, a interpretação do território como um híbrido seria o caminho mais apropriado para compreender a realidade social. Silveira 2021, ao traduzir o pensamento de Milton Santos (1994), dispõe:

O território usado, ontológica e epistemologicamente poderia ser entendido como um híbrido, porque longe de ser uma mistura de formas puras, o território usado tem uma existência concreta que advém de uma materialidade impregnada da ação que inclui a denominada natureza e concomitantemente o uso das coisas, que é a ação humana criando novos objetos, criando nova materialidade, e também dando-lhe um novo sentido, portanto o trabalho e a política, estariam contidos na noção de território usado. O território usado poderia ser entendido como a vida mediada pelos objetos e os objetos mediados pela vida. Este conjunto de ações passadas,

cristalizadas nos objetos e nas normas e junto com isso, as ações e eventos presentes. As coisas nos lugares e a vida que lhes dá sentido em um acontecer que supõe a transformação recíproca entre objetos e ações ou dito de outra forma, condições para a ação e a atualização das coisas que existem, que são outra forma de falar objetos e ações (AULA... 2021).

Para Santos (1978), a totalidade corresponde às condições da evolução capitalista, exibida pelas estatísticas da produção e do comércio, evidenciadas pelas discussões em todos os níveis e pelos mais diversos meios de difusão e aspectos sociais, assim como as desigualdades geradas pelo próprio sistema capitalista. De acordo com o autor, há uma organização social, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo.

Há porções de territórios com objetos e ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas), ritmos, heterogeneidades, agentes. São parcelas territoriais formadas no espaço, as quais Milton Santos denomina de territórios locais normativos (SAQUET; SILVA, 2008, p.271).

De acordo com SACK (1986), o território se constitui na esfera de ação no qual, indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, isto é, buscam influenciar, ou mesmo controlar, pessoas, fenômenos e relações. Então segundo eles, o território não consiste simplesmente em uma delimitação de um espaço geográfico.

O território era compreendido, e ainda é por muitos, como um simples receptáculo. Devemos levar em consideração que entender o Território apenas como uma área delimitada e, conseqüentemente, submersa às relações de poder pelo Estado, seria uma compreensão superficial, pois, como bem nos assegura Marília Steinberger (2013), no território existem tensões produzidas pelas relações sociais.

Diante dessa afirmação, pode-se perceber que

o território pode ser construído, desconstruído ou delimitado por uma série de atores diversos que territorializam suas ações com o andar do tempo, utilizando-se de relações de poder para tal mutação territorial (SAQUET; SILVA, 2008, p.273).

Assim, deve-se levar em conta que “essa delimitação, por usar relações de poder, pode ser desigual, e as relações sociais, que estão sempre em mudança, tornam o processo de ocupação do território (territorialização) cada vez mais complexo”.

Reconhecido por discutir o território enquanto valor cultural, o geógrafo tropicalista Joel Bonnemaïson no ano de 1991, movimentou essa compreensão do território ao realizar pesquisa em uma pequena ilha.

Nesta pesquisa, foi necessária uma concepção diferente de território, não só associado ao exercício de poder político, socioeconômico ou de legitimação de um estado nacional; mas o território como resultado de um modo específico de apropriação do espaço (BONNEMAISON, 2002). Noções como grupo cultural e etnia, análise geocultural, espaço-símbolo e espaço vivido estão presentes em sua discussão teórica sobre território.

Para Bourdieu (1989, p. 7-8), território está associado a um poder simbólico, como um “poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O poder simbólico é um poder quase mágico, que permite obter o que é obtido pela força.

Para o autor supracitado, esse poder simbólico pode constituir uma identidade territorial, ou seja, um conjunto concatenado de representações socioespaciais que dão certa homogeneidade, atribuindo coesão e força (simbólica) ao grupo que ali vive, que com ele, se identifica (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

As abordagens dos estudiosos acima citados, permitem visualizar que o território é um campo de forças entre agentes com as mais variadas intencionalidades como bem nos assegura Marília Steinberger (2013).

O espaço e o tempo são primordiais para entender as relações de poder. Para Galvão, França e Braga (2009),

a sociedade está cada vez mais mundializada/globalizada, não havendo homogeneidade de tempos e espaços. As relações entre unidades que formam a totalidade dão origem a um desenvolvimento desigual entre os lugares, pois cada espaço apresenta um ritmo diferenciado de tempo, e as inovações e o desenvolvimento não atingem instantaneamente todos os lugares.

Podemos encontrar essas constatações, no texto intitulado “O sentido Global do lugar”, nas palavras de Massey:

Vivemos em uma época- costuma-se dizer- em que as coisas estão se acelerando e disseminando. O capital está passando por uma nova fase de internacionalização, especialmente em termos financeiros. Mais pessoas viajam com mais frequência e para lugares mais distantes. Suas roupas são provavelmente feitas numa variedade de países que vão da América Latina ao sudeste asiático. Seus jantares consistem em comida importada do mundo inteiro. E, se têm um computador em seu escritório, em vez de abrir uma carta que, sob os cuidados dos correios de sua Majestade, leva alguns dias para atravessar o país, agora são interrompidas pelo e-mail. (MASSEY, 2000, p.177-178).

Ainda de acordo com Doreen Massey:

A compressão do “tempo-espaço” envolvida na produção e reprodução das vidas cotidianas dos abastados das sociedades do primeiro mundo, para abastecer suas vidas- pode acarretar consequências ambientais ou promover restrições que limitarão a vida dos outros antes de afetar suas próprias existências (MASSEY, 2000, p. 181).

O território está intimamente ligado aos sentimentos e aos simbolismos atribuídos aos lugares. Espaço social definido, ocupado por diferentes grupos econômicos, sociais e políticos, onde é exercido um campo de força, onde o mais forte leva a palma e as instituições dominantes exercem seu poder.

Este pode ser visto como parte do Estado, em que ele está sempre organizando o território por meio de novos recortes econômicos, de novas ligações, sejam elas rodovias, ferrovias e hidrovias (OLIVEIRA, 2020).

Estas afirmações também podem ser encontradas em Gomes, Steinberger e Barbosa (2013), que compreendem o território como um espaço definido e delimitado por relações de poder.

Para se pensar a definição de território, o autor recorre a origem etimológica do termo, que tem origem em duas palavras, terra e torium, sendo o conceito de terra pertencente a alguém. No entanto

não se vincula necessariamente à propriedade de terra, mas à sua apropriação (OLIVEIRA; PIFFER; STRASSBURG, 2018, p. 29).

Assim, a existência de multiterritorialidades, permite pensar nos conflitos existentes nos territórios, que de acordo com Brandão (2013, p. 70) irão se configurar lógicas verticalmente ou horizontalmente construídas, denominadas por Haesbaert (2007) respectivamente como territórios-rede e territórios-zona.

Trazendo essa perspectiva para o turismo, tem-se que os territórios-rede ao se analisar, se constituem em espaços apropriados e comandados pelos agentes hegemônicos do turismo, ligados as redes globais (BRANDÃO, 2013, p. 70). Já por meio dos territórios -zona é possível compreender:

Além do papel político-econômico, funcional e jurídico-institucional do turismo projetado no espaço, as relações simbólicas e culturais daqueles que visitam os lugares turísticos e que, portanto, têm atuação preponderante na construção de representações geográficas acerca destes locais, bem como das comunidades receptoras, daqueles que, por meio da vivência e da experiência cotidiana, reproduzem práticas sociais de caráter territorial (BRANDÃO, 2013, p. 70).

Os autores acima citados, traduzem que o território não é “somente uma extensão do espaço geográfico onde um Estado nacional exerce, com exclusividade, o domínio político administrativo” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2011, p. 50), o poder está na posse dos meios e nas diversas estratégias dos agentes.

Castro, Gomes e Correa (2002), ao citarem Foucault (1990), apresentam ainda que o poder só existe porque existe uma resistência a esse poder. Sendo assim existe um par indissociável entre poder-resistência. E isto, deve ser levado em conta na análise dos territórios, principalmente quando falamos em territórios turísticos. Devemos levar em conta não somente a ação de empresas e Estado num determinado território, mas também para as resistências e persistências nos territórios do turismo, da própria população.

Outro autor que defende essa linha de pensamento, a da dimensão da multidimensionalidade do poder, como já foi visto, é Raffestin (1993)⁷ quem evidencia que a “a população, o território e os recursos são trunfos do poder”.

Além destes, é Santos (2011) quem afirma que o território “é o chão mais a identidade”. Ou seja, ele é um produto das relações humanas travadas espacialmente. E por esse motivo, a produção e a efetivação das identidades territoriais se distingue na maioria das vezes, para além dos territórios oficialmente reconhecidos (GONÇALVES; PELUSO, 2021). De acordo com Santos (1999):

A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe (SANTOS, 1999, p. 7-10).

Para Milton Santos (2006), “o território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise, na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”. De acordo com Santos (2000, p. 108):

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso, garantia da realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território. Por outro lado, as situações resultantes nos possibilitam, a cada momento, entender que se faz mister considerar o comportamento de todos os homens, instituições, capitais e firmas. Os distintos atores não possuem o mesmo poder de comando levando a uma multiplicidade de ações, fruto do convívio dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Dessa combinação temos o arranjo singular dos lugares (SANTOS, 2000, p. 108).

⁷ Raffestin, em seu livro Geografia do Poder, se baseou nas teorias de Michel Foucault.

Sobre os atores hegemonzados, Milton Santos é enfático:

Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade. Somente assim responderemos à questão crucial de saber como e porque se dão as relações entre a sociedade como ator e o território como agido e, ao contrário, entre o território como ator e a sociedade como objeto da ação. É essa, ao nosso ver, a maneira de encontrar um enfoque totalizador, que autorize uma intervenção interessando à maior parte da população (SANTOS, 2006, p. 9).

Como vimos acima, inúmeras perspectivas sobre o território foram demonstradas, contudo, foram encontradas valiosas contribuições nos estudos do geógrafo Milton Santos (2006), quando aborda que o “território são formas, mas o território usado são objetos e ações” sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

As contribuições acima citadas, se articulam com a visão de Maria Laura Silveira⁸ quando afirma “creio que a ideia de território usado poderia ser muito importante para pensar a discussão do cívico territorial, porque é o conteúdo existencial” (2021).

3.3 A apropriação do território pelos turistas

Muitos autores tentam definir o turismo, mas um fato é que para sua compreensão devem ser considerados o espaço e o território. Desde que o turismo passou a ser estudado em sua dimensão espacial e cultural, a exemplo da geografia, sociologia, urbanismo, antropologia e outras, entrou em evidência as categorias espaço e território, enriquecidas por outras categorias a exemplo da região e do lugar. (FRATUCCI, 2000a, 2000b, 2008).

Para o enfoque sobre o espaço e território, Fratucci (2014) salienta a importância de considerar o par fenômeno turístico- atividade por meio da análise das ações dos “agentes sociais produtores do turismo” (FRATUCCI, 2008) “e suas repercussões no espaço” (FRATUCCI 2014).

⁸ Aula Magna: “Território usado como categoria de análise social” com Maria Laura Silveira.

Um dos aspectos que caracterizam o turismo, de acordo Coriolano e Vasconcelos (2014), consiste no entretenimento e lazer, prazer e satisfação proporcionados pelas viagens, se não houver esses elementos, não há turismo, pois essa é a sua essência. De acordo com Coriolano e Vasconcelos (2014, p.10):

O turismo estudado como fenômeno é de diferentes abordagens, e, em qualquer uma, faz-se necessário destacar o papel do espaço na reestruturação do sistema econômico e do próprio território.

Fazer turismo é conhecer lugares, pessoas, paisagens e manter relações. É momento especial do contato cultural entre visitantes e residentes, além de oportunidade de entretenimento (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014, p.10).

Esses conceitos centrais sobre fazer turismo refletem sua essência. As localidades frequentadas pelos turistas são núcleos receptores de turismo, onde estão localizados os serviços da cadeia produtiva do turismo, sendo atribuída a essas localidades o foco em determinadas ofertas turísticas, que se constitui de atrativos turísticos naturais ou artificiais, e infraestrutura adequada. Ressalta-se, de acordo com Coriolano e Vasconcelos (2014), que a infraestrutura urbana e social deve ser confortável primeiramente aos residentes dessas localidades, e posteriormente, para que estes estejam aptos a uma melhor hospitalidade para com os turistas (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014).

Diante dos argumentos acima expostos, pode-se afirmar segundo Coriolano e Vasconcelos (2014), que "turismo é fenômeno que remete a trabalho e lazer, para se fazer lazer, há variadas equipes em trabalho diurno". Ainda de acordo com Coriolano (2014) e Vasconcelos, "só é possível falar de lazer porque existe trabalho e tempo livre, diferente de ócio que independe: é realizado em qualquer circunstância, por ser necessidade humana".

Diante disso, têm-se que o turismo é um fenômeno do tempo de não trabalho, além disso, o turista pode exercer um grande protagonismo no desenvolvimento territorial e local de diversos estados e municípios. Essa ação por si só, já é muito importante, pois independentemente de políticas propriamente ditas e ações empresariais, a presença do turista em determinada localidade gera emprego e renda. (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2014)

A autora Marília Steinberger (2009), enxerga o turismo como um uso do território, a autora aborda a importância de olhar para o território a partir dos usos que lhe são conferidos, e o turismo é uma das formas de uso do território. De acordo com a autora:

O turismo, antes de ser um fenômeno, um sistema, uma prática, um produto, um serviço ou uma indústria, é um uso do território. A anterioridade está no pressuposto de que o turismo só pode ser objeto de uma análise dialética, funcionalista, fenomenológica, sistêmica, neopositivista, empírica ou operacional porque é um uso do território. Se esse uso não se efetivar não há turismo e, assim, não há o que analisar (STEINBERGER, 2009, p. 39).

O conjunto dos principais agentes sociais do turismo consistem em moradores, empresários, agentes de viagem, governos locais e os próprios turistas, todos estes são responsáveis pela apropriação do território da cidade pelo uso turístico. Mesmo que o uso turístico na dinâmica da cidade seja realizado por esse conjunto de agentes, é o turista quem efetiva essa dinâmica, porque sua ação, “singularizada por deslocamentos, amplia a mobilidade espacial e demográfica na cidade” (STEINBERGER; CAMPOS, 2007, p. 1).

Marília Steinberger (2009, p. 51) ao retomar as formulações de Milton Santos, infere que “a cidade é uma das frações do território usado e o espaço urbano é uma fração do espaço enquanto totalidade”. Assim, a autora defende que há um uso do território da cidade pelo turismo. E aponta que o turismo utiliza outras frações do território de diversas cidades que são destinos turísticos. A autora ainda evidencia a importância das cidades mesmo quando estas não consistem na motivação final das viagens de turísticas. A ontologia da cidade é o principal motivo (STEINBERGER, 2009, p. 51). Pois, segundo a autora:

Tal significado fundamenta-se no entendimento da cidade como território da ação e arena de encontros e conflitos entre atores, e na sua fusão com o urbano, espaço produzido a partir da aglutinação de relações de poder dos atores (STEINBERGER, 2009, p. 51).

Isto, pode ser ressaltado ao contextualizar a sociedade brasileira do século XIX, um século com cidades pré-industriais- as chamadas cidades barrocas. A

importância dessas cidades para o turismo com alguns elementos seus presentes, são evidenciados com o exemplo das feiras, das praças, e das igrejas (CAMARGO, 2003). Uma das características do traçado dessas cidades antigas consiste na solidez dos edifícios, e eventos como congregações religiosas e conventos que aconteciam nos mesmos espaços (BENEVOLO, 1998; MUMFORD, 1991). Com a industrialização, e queda da aristocracia houve um abandono de inúmeros edifícios, esses edifícios que eram de boa qualidade e reconhecidos por sua arquitetura, em sua maioria cederam espaços para construções do “tempo rápido”.

Cruz (2003) ainda afirma, que foi no século XIX, que o turismo deixara de utilizar infraestruturas decorrentes de outros usos, pois com o seu crescimento rápido, o turismo assume papel condicionante na (re)organização do território, deixando então de ser apenas um “herdeiro” ou beneficiário do território.

Durante muito tempo houve “descompassos temporais” (TRIGO, 2003, p. 46) no processo de industrialização em países de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil. Este fenômeno é importante para o entendimento do turismo e principalmente do turista, porque desde as transformações causadas pela revolução industrial, houve impactos no seu imaginário, que ora podem ser traduzidos em seus relatos de viagens, ou pela nostalgia do campo, e, em alguns casos pelas transformações e opressões da vida urbana.

Isto também irá impactar na forma como os turistas irão se apropriar do território. Nessa direção, Marcelo Lopes de Souza (2017) afirma que existem alguns aspectos que podem ser fundamentais para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por mantê-lo. Esses aspectos dizem respeito aos recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Leite (2018, p. 42) ao realizar uma explanação entre turismo e território, aponta que o turismo é uma prática social e territorial, prova disso, são as dinâmicas realizadas pelos turistas em um determinado território, gerando sua (re)funcionalização e gerando novos sistemas de objetos com novas funcionalidades. Ainda segundo Leite:

A fixidez do produto turístico constitui um dos vetores que orientam a lógica da organização espacial requerida pela atividade e, como a demanda do uso turístico de um dado território lhe é, sempre exterior, essa organização tem invariavelmente, uma razão de ser fundamentada nessa componente externa (LEITE, 2018, p. 42).

Assim, pode se inferir que para cada segmento de turismo existe uma demanda espacial. No decorrer dos anos o território foi aparelhado com infraestrutura turística, ou os denominados objetos turísticos, logo abaixo, pode-se visualizar uma configuração territorial com objetos do turismo, nesse caso a tipologia dos resorts no Nordeste do país.

Figura 1 - Resort como um exemplo de turismo verticalizado



Fonte: Sucena (2021)

A configuração espacial do turismo, como observada acima se dá principalmente na região Nordeste do Brasil, essa configuração consiste sobremaneira em uma configuração do “turismo global”, que como bem afirma

Coriolano (2003, p. 108) “transforma os lugares em objetos mercadológicos, valorizando o espaço em função do valor de troca e do consumo”.

Sabe-se que essa tipologia de turismo é favorecida por políticas que colaboram com a instalações dessas grandes empresas turísticas. Porém, o fazer turístico ocorre de outras formas, principalmente no que tange aos turistas e os residentes.

Michel Maffesoli (2002), no livro intitulado “O tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa” aponta que os pequenos grupos, as congregações sejam elas esportivas, musicais ou turísticas também emergem no âmbito das sociedades de massa e de maneira paradoxal ressurgem valores arcaicos como o localismo.

Essa assertiva, coloca em evidência a construção de outros territórios turísticos. Knafou (1996) aponta que os territórios turísticos podem ser criados não somente pelo mercado e os planejadores, mas pelos turistas.

Cabe evidenciar a explicação de Knafou (1996), sobre a incidência do turismo no território para o autor existem territórios sem turismo, turismo sem território e territórios turísticos. Os territórios sem turismo segundo Knafou (1996), são raros. A segunda relação entre turismo e território faz referência os produtos turísticos, que ignoram os territórios em que se inserem.

Conforme Knafou (1996, p. 72):

a forma mais acabada de turismo sem território, isto é, do turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, é o turismo “fora do solo”, quase completamente indiferente à região que o acolhe e onde a extensão planejada nada mais é que um espaço-receptáculo (KNAFOU, 1996, p. 72).

Como bem nos asseguram os autores, essa relação do turismo com o território pode ser vista em Center Parks e Resorts, pois estes criam seu ambiente e podem ser estabelecidos em pontos distantes e possuem como principal ator, o mercado. São as denominados bolhas (KNAFOU, 1996).

Fica evidente, ainda, que existe uma terceira relação entre turismo e território, são os territórios turísticos (territórios escolhidos e inventados pelos próprios turistas, e retomados as vezes pelos planejadores). Pelos atores sociais do turismo. Neste último pode ser mais bem observado o desenvolvimento de um turismo voltado a sociedade, onde o poder do mercado não reduz as localidades turísticas.

De acordo com Manuel Castells (2002), nossa vida e o mundo vem sendo altamente modificados pelas tendências e conflitos provenientes dos agentes da globalização e da identidade. Diante da revolução técnica e científica, a sociedade passou a ser caracterizada por organizações em rede, e pela “instabilidade do emprego e da mão de obra”. E pelas transformações do território mediante o surgimento de espaços de fluxos de um tempo rápido como manifestação das elites e suas atividades.

Assim, Castells (2002) frisa que globalização é marcada pela cultura da virtualidade construída pela mídia sempre presente. Isso ficou muito visível no contexto do turismo, onde os imaginários dos turistas sempre foram permeados por construções midiáticas do período.

De acordo com Castells (2002), com exceção das elites, milhares de pessoas no mundo, se ressentem pela situação de suas vidas, todas tem a sensação de perda de controle, assim surgem projetos que contestam a lógica da nova ordem global, cada vez mais percebida pelas pessoas como uma desordem global. Nesse sentido emerge o localismo e o papel dos movimentos sociais e das ONGs.

Castells (2002) destaca assim o papel das comunidades locais em defesa de seu espaço para que não ocorra nele usos contrários aos relativos à conservação do meio ambiente. Muitos movimentos como este são formados por tribos independentes.

De acordo com Castells (2002, p. 156):

Mesmo nos casos em que as manifestações são mais defensivas , como nas lutas rotuladas de não no meu quintal , o estabelecimento da prevalência do modo de vida local sobre os usos de um determinado espaço por “interesses externos”, como é o caso de empresas que procuram um local para depositar seu lixo tóxico ou aeroportos que queiram ampliar suas instalações, encerra o sentido

mais profundo da negação da predominância abstrata dos interesses técnicos sobre experiências reais, de uso real, por pessoas reais.

Sendo assim, turistas que de fato, possuem consciência ambiental e valores éticos têm muito a contribuir com o localismo, como bem nos assegura Ruschmann (2001), alguns turistas possuem essa consciência e procuram regiões com natureza para realizar suas práticas. Nessa direção, Sampaio (2005), aponta que o turismo serve também para a realização de uma conexão entre práticas humanas e meio ambiente, com vistas a contribuir para a economia local. Assim, Maffesoli (2002, p. 182) aponta:

Ora, se acreditamos nos especialistas, o que caracteriza as práticas religiosas populares- piedade, peregrinações, culto dos santos- é o caráter local, o enraizamento cotidiano e a expressão do sentimento cotidiano e a expressão do sentimento coletivo. E todas essas coisas estão na ordem da proximidade (MAFFESOLI, 2002, p. 182).

Sendo assim, o turismo verticalizado e o turismo horizontalizado, pode ser traduzido por Coriolano e Vasconcelos (2014) ao afirmarem que: o turismo quando se manifesta de cima pra baixo, quando chega sem pedir permissão, consiste no turismo hegemônico, o turismo verticalizado. Porém, quando as comunidades e os bairros se organizam para entrar na cadeia produtiva do turismo, consiste no turismo horizontalizado, que é o turismo alternativo.

Segundo a mesma autora, o turismo horizontalizado não é utópico, ele é possível. Coriolano (2009, p. 96), ao dispor sobre o turismo horizontalizado afirma que: “ele abre espaço para quem não tem capital, podendo gerar empregos”. Esse turismo iniciado pelos turistas ao escolherem suas destinações de viagens pode gerar benefícios para as comunidades receptoras, contribuindo para uma economia solidária.

4 DISTRITO FEDERAL, BRASÍLIA E LOCALIDADES PRÓXIMAS

O Distrito Federal é uma das 27 unidades da federação, é onde se situa Brasília⁹, e divide-se em Regiões Administrativas (RA), pois a Constituição Federal impede a criação de municípios por sua parte.

Conforme definido em pela Lei Orgânica do Distrito Federal:

O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Atualmente, existem 33 regiões administrativas no DF¹⁰ (DISTRITO FEDERAL, 2020), sendo a Ra 1 Plano Piloto uma delas.

⁹ Brasília é a Capital Federal.

¹⁰ Regiões Administrativas do Distrito Federal em ordem alfabética: Águas Claras (RA XX), Aniqueira (RA XXXIII), Brazlândia (RA IV), Candangolândia (RA XIX), Ceilândia (RA IX), Cruzeiro (RA XI), Fercal (RA XXXI), Gama (RA II), Guará (RA X), Itapoã (RA XXVIII), Jardim Botânico (RA XXVII), Lago Norte (RA XVIII), Lago Sul (RA XVI), Núcleo Bandeirante (RA VIII), Paranoá (RA VII), Park Way (RA XXIV), Planaltina (RA VI), Plano Piloto (RA I), Recanto das Emas (XV), Riacho Fundo (RA XVII), Riacho Fundo II (RA XXI), Samambaia (RA XII), Santa Maria (RA XIII), São Sebastião (RA XIV), SCIA/Estrutural (RA XXV), SIA (RA XXIX), Sobradinho (RA V), Sobradinho II, (RA XXVI) Sol Nascente e Pôr do Sol (RA XXXII), Sudoeste/Octogonal (RA XXII), Taguatinga (RA III), Varjão (RA XXIII), Vicente Pires (RA XXX).

Figura 2 - Mapa das Regiões Administrativas do Distrito Federal



Fonte: Sant'Anna (2020)

A criação de Brasília foi proposta inicialmente por José Bonifácio de Andrade e Silva no ano de 1822. O então patriarca da independência, sugeriu que a Capital Federal fosse construída no centro do país, por questões estratégicas e de segurança (IBGE, 2018). Para ele, a cidade do Rio de Janeiro, poderia correr grandes riscos de saques pelos corsários franceses (BITTAR, 2010).

Além de Bonifácio, muitos já idealizavam Brasília, ela chegou até mesmo a fazer parte do sonho de Dom Bosco no ano de 1883. Esse sonho iria permear durante muito tempo o imaginário dos artistas e idealizadores da capital federal.

São inúmeros os documentos a respeito da interiorização da capital para o centro Oeste brasileiro. De acordo com arquivo proposto pelo Senado Federal, há 150 anos antes da inauguração oficial de Brasília, sucessivos presidentes tiveram-na como projeto em suas mãos (WESTIN, 2020), mas a ideia começou a ganhar força por meio da Carta Magna de 1891 (CARDOSO, 1986).

Em 1892, começou a consolidação da proposta de construção da capital, por meio do presidente da época, Floriano Peixoto, que ordenou à alguns cientistas que

explorassem o Planalto Central com a finalidade de demarcar a área que seria conhecida como Distrito Federal.

Essa missão para explorar o Planalto Central, foi denominada de missão Cruls em homenagem ao geógrafo Luis Ferdinand Cruls. A missão Cruls identificou uma área de 14.400 km² que seria ideal para a construção da capital.¹¹

Posteriormente a isto, diversos momentos históricos já evidenciavam o fenômeno de transferência da capital Brasília como sucessora do Rio de Janeiro. Alguns momentos históricos relevantes foram (WESTIN, 2020):

- a) **1894** – Cruls apresentou ao governo o relatório da Comissão Organizadora (Relatório Cruls);
- b) **1896** – Cruls apresentou um segundo relatório sobre a área demarcada, bem como apresentou projeto sobre ligações ferroviárias;
- c) **1922** – Lançamento da pedra fundamental da futura capital, perto da cidade de Planaltina (GO);
- d) Aprovação de lei que determinava a conclusão dos estudos finais para construção da capital;
- e) **1955** – Em comício realizado em Jataí (GO), Juscelino Kubitschek (candidato a presidencial da República na época), prometeu se fosse eleito iria transferir a capital do país para o Planalto Central;
- f) **1956** – Juscelino Kubitschek propôs a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (a futura NOVACAP). Além disso, JK sugeriu o nome de Brasília para a sede do governo. O nome foi aprovado e se tornou a Lei 2.854/56. Nesse ano, foi lançado o edital do concurso do plano piloto, que foi publicado no Diário Oficial de 30 de setembro de 1956;
- g) **1957** – Lúcio Costa venceu o projeto e posteriormente a isso, nesse mesmo ano foi iniciada a construção do Plano Piloto;

¹¹ Esse fenômeno ficou conhecido como quadrilátero Cruls.

- h) 1960** – Brasília foi inaugurada. Nesse ano foram instalados os três poderes da República: Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal (STF).

Todos esses aspectos demonstrados, caracterizam a história de Brasília. Contudo, é importante ressaltar, que a capital federal surge em um contexto de modernização e integração nacional, como será demonstrado na próxima seção.

4.1 Aspectos gerais de Brasília

A capital surge em um contexto de modernização do país, foi nesse período que as funções de Capital Federal passam a ser designadas à Brasília. Pensada como uma ambiciosa promessa eleitoral de Juscelino Kubitschek, Brasília, capital político -administrativa do Brasil.

Foi inaugurada no dia 21 de abril de 1960. Idealizada pelo Presidente Juscelino Kubitschek e concretizada pelo grandes projetistas Oscar Niemeyer e Lúcio Costa em apenas três anos.

Os projetistas, auxiliados pelo paisagista Roberto Burle Marx, são os responsáveis pelo Plano Piloto de Brasília. Uma das peculiaridades de Brasília diz respeito ao seu formato, que remete a um avião, e os diversos formatos geométricos que compõem a sua arquitetura. Essa originalidade arquitetônica pode ser observada na Figura 3. Na foto, a Catedral.

A capital do Brasil está situada no Planalto Central, mais especificamente no Distrito Federal, na região Centro Oeste do Brasil. Nessa região se encontram afluentes de três dos maiores rios brasileiros: O Rio Maranhão (afluente do Rio Tocantins), o Rio Preto (afluente do rio São Francisco) e os rios São Bartolomeu e Descoberto (afluentes do Rio Paraná).

Entre as finalidades da construção da capital consistia na sua importância para a integração da região Centro Oeste às demais regiões do país. Outro objetivo em transferir a capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília, foi incentivar a ocupação da região Centro Oeste do Brasil, bem como desenvolver

economicamente essa região. Com o surgimento de sua modernização a Cidade¹² passou a abrigar novos usos.

Brasília se inscreve em um importante momento histórico, o da modernização do país. De acordo com Santos (2005), citado por Silva, Araújo Sobrinho e Fortes (2015), o território da Capital Federal recebeu inúmeros equipamentos para se adequar a mudanças programadas. Alguns pontos privilegiados do território e o próprio território como um todo foram convocados a proporcionar fluidez, isso aconteceu por meio de progressivas aprimorações urbanas. Grande prova disso, é a importância geoestratégica do aeroporto internacional de Brasília para o turismo.

Assim, Brasília recebeu diversos investimentos em infraestrutura, estas favoreciam a redução do tempo das informações e das viagens. Além disso, essas infraestruturas proporcionaram a ampliação de diversas atividades no espaço (SANTOS, 2007, p. 130). Esses aspectos serão evidenciados nos próximos subtópicos.

¹² Aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo; urbe.

Figura 3 - – Catedral de Brasília



Fonte: Canção Nova (2019)

4.2 Brasília e o Plano Piloto

Em 1987, o Plano Piloto foi consagrado como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, com o intuito de conservação de suas 4 escalas urbanas: residencial, bucólica, gregária e monumental. (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Atualmente, a Região Administrativa 1 é composta pela Asa Sul, Asa Norte, Setor Militar Urbano, Noroeste, Setor de Garagens e Oficinas, Setor de Clubes, Esplanada dos Ministérios, Eixo Monumental, Vila Telebrasília, Vila Planalto, Parque Nacional de Brasília (Água Mineral) e Setor de áreas Isoladas Norte (DISTRITO FEDERAL, 2020).

É fato que Brasília possui uma arquitetura muito diferenciada. E devido a isto, seu conjunto arquitetônico idealizado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa foi reconhecido e tombado pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Marco da arquitetura e urbanismo modernos, Brasília ingressou na lista de bens do Patrimônio Mundial no dia 7 de dezembro de 1987. Isso fez com que Brasília fosse alvo de curiosidade de muitos turistas, a exemplo dos arquitetos e estudantes de arquitetura que visitam a capital.

Figura 4 - - Palácio da Alvorada



Fonte: Fracalossi (2020)

Brasília também é frequentemente reconhecida pelo turismo de negócios. Contudo, alguns autores defendem que a capital federal, além de um centro político e arquitetônico, é também um centro cultural. E além do turismo de negócios, a capital também conta com outros segmentos de turismo¹³.

Brasília está localizada no Planalto Central, área com muita diversidade de fauna e flora, rios e cachoeiras atrativos ao Ecoturismo. E alguns autores apontam que em localidades próximas ao Distrito Federal, podem ser encontradas diversas

¹³ A importância do turista de negócios e eventos de Brasília no turismo do Distrito Federal (STEINBERGER, 2009).

fazendas propícias as práticas de turismo rural e outros segmentos de turismo como o turismo religioso.

Não pode ser sustentada a ideia de que Brasília seja apenas o Plano Piloto ou a área central do Distrito Federal por diversos motivos. Antes de tudo, vale lembrar que essa confusão existe até hoje por falta de definições claras em lei e, especialmente, por motivos claros de segregacionismo disfarçado de “busca por identidades próprias de cada região administrativa”. Ao longo da história de Brasília, a região central foi renomeada várias vezes de forma intercalada entre “Plano Piloto” e “Brasília”. Foi em 1997, com a Lei 1.648 do Distrito Federal, que a Região Administrativa I teve seu nome afixado em lei como Plano Piloto e não como Brasília. No Setor Bancário Norte, está a Administração Regional do Plano Piloto, não de Brasília, cujo site é o planopiloto.df.gov.br.

No Brasil, temos a União, os estados, seus municípios e, em caráter especial, temos o Distrito Federal. Um município possui um prefeito e possui vereadores. O Distrito Federal não pode ser dividido em municípios, de acordo com o Artigo 32 da Constituição federal, logo, só pode existir uma única cidade em sentido municipal. (DISTRITO FEDERAL, 1993).

Segundo Paviani (2017). “o Plano Piloto de Brasília é o core metropolitano, deve ser designado de modo a atender o que a Lei 1648/1997 estabeleceu”. E, de acordo com o autor o Plano Piloto é uma parte importante da história, pois foi o local de transferência da capital federal, que anteriormente era o Rio de Janeiro, sendo transferida para a região Centro Oeste do Brasil. Paviani traduz que o Plano Piloto seria então o “bairro Central”, sendo que para o IBGE Brasília consiste no único município do DF. Paviani (2017) vai além e diz:

No nosso modo de ver a geografia local, o Plano Piloto é o locus dos poderes da República e do DF, enquanto Brasília é o DF urbano e nele estão todos os núcleos do Município de Brasília, o Plano Piloto e as 30 Ra's, as antigas cidades-satélites. O centro da cidade é o Plano Piloto e não Brasília. Portanto, considerando o que determina a Lei 1648/1997, a Ra 1, deve ser denominada de RA1 – Plano Piloto, histórica e geograficamente, houve mudança da configuração urbana da capital, em razão de Brasília não estar contida toda ela, no Plano Piloto, como proposto por Lúcio Costa. (PAVIANI, 2017.).

Saindo da esfera legal, nas próprias esferas social, cultural, histórica e administrativa, não tem como sustentar que Brasília seja apenas a área nobre do Distrito Federal.

Vamos observar alguns pontos:

1. Brasília é estatisticamente a 3ª cidade mais populosa do Brasil, com mais de 3 milhões de habitantes. Se Brasília fosse apenas o Plano Piloto e arredores, deixaria de ser a terceira do ranking e, também, não mais seria uma metrópole, mas sim apenas integrante de uma região metropolitana.

2. Não importa a região administrativa em que uma pessoa nasça: a criança vai ser registrada como natural de Brasília e será chamada de brasiliense, justamente porque não há municipalidade no Distrito Federal. Não existe certidão de nascimento dizendo que uma pessoa é "gamense", "guaraense", entre outros.

3. Não importa em que região administrativa você registre seu veículo: a placa dele vai constar como sendo de Brasília – DF, mesmo que você o registre em Taguatinga, Ceilândia, Santa Maria etc.

4. Não importa de qual ou para qual região administrativa uma encomenda seja registrada nos Correios: a cidade sempre será Brasília.

5. Se Brasília fosse apenas a Região Administrativa I, Brasília não teria um Aeroporto, já que o Aeroporto Internacional de Brasília fica no Lago Sul, Região Administrativa XXVI [16].

6. O último projeto de Oscar Niemeyer a ser concluído antes de sua morte, a Torre de TV Digital de Brasília, não seria de Brasília, mas do Lago Norte (Região Administrativa XVIII [18]).

7. Se Brasília se resumisse à região central, o Jardim Botânico de Brasília, planejado desde o início da cidade, não seria de Brasília, mas sim da região homônima, que é a Região Administrativa XXVII [27]).

8. Se Brasília fosse apenas o Plano Piloto, o Zoológico de Brasília não seria de Brasília, pois está na Candangolândia, que é a Região Administrativa XIX [19].

9. A importante unidade de conservação chamada Floresta Nacional de Brasília fica em Taguatinga, RA III [3].

10. Pontos históricos deixariam de pertencer à cidade caso Brasília não fosse todo o Distrito Federal, como é o caso do Museu do Catetinho, primeira residência oficial de Brasília, que fica entre o Park Way (RA XXIV [24]) e o Gama (RA II [2]).

11. Brasília perderia pontos importantes de manutenção urbana, como o antigo Aterro Controlado de Brasília (no SCIA / Estrutural, RA XXV [25]) e o atual Aterro Sanitário de Brasília (em Samambaia, RA XII [12]), e Brasília deixaria de ser considerada a fonte das águas de Brasília (não é um título oficial, mas popular), já que a mais importante reserva natural de Brasília, a Estação Ecológica Águas Emendadas, que é nascente das bacias do Tocantins e Platina, fica em Planaltina (RA VI [6]).

Não é possível limitar Brasília à área central do Distrito Federal. É segregacionismo querer tirar da gigantesca maioria dos 3 milhões de brasilienses (naturais e agregados) o senso de pertencimento a Brasília e tentar restringi-lo aos cerca de 300 mil habitantes afortunados do Plano Piloto e arredores. É reducionismo ao valor histórico, cultural e social de Brasília dizer que a cidade se restringe a uma pequena parcela do Distrito Federal. Por fim, é ignorância jurídico-administrativa não afirmar que todo o Distrito Federal é Brasília.

4.3 Evidências do turismo praticado no Distrito Federal e localidades próximas

Já constatada que Brasília não se restringe ao Plano Piloto, é válido evidenciar que a história da região ocupada pelo Distrito Federal antes mesmo da construção de Brasília, foi resgatada pelo historiador Paulo Bertran. De acordo com o autor a história de Goiânia e a construção de Brasília (capital federal), ofuscou a história, os mitos e ritos do dos sertões.

A inauguração dessas cidades planejadas inundou a visão dos brasileiros sobre o seu próprio território, principalmente sobre as suas regiões centrais,

marcadas pela memória do passado permeado pelo atraso e um futuro atrelado ao progresso e modernismo.

A ideologia do progresso com o intuito de ocupação da região central do Brasil, relegou ao esquecimento diversas ocupações humanas que acontecerem na região, dentre elas estão as terras habitadas por indígenas, que foram ocupadas por colonizadores europeus. Esses colonizadores estabeleceram vilas e cidades nessas terras que eram de origem indígena, desenvolvendo nelas atividades agropastoris ou extrativistas. E, de acordo com o historiador Kelerson Costa, por inúmeros motivos esses eventos ficaram à margem da história (COSTA, 2013).

Em artigo intitulado Desastres ambientais na capitania de Goiás, publicado em 1991, Bertran (1991) alertou sobre os impactos negativos das atividades relacionadas a agricultura e a mineração nos primeiros anos da “sociedade regional”.

Para além das críticas feitas as transformações do homem nessa região, Bertran defende que o surgimento de uma sociedade regional se deu em função das condições da natureza. Assim, Bertran sustentou que o Cerrado foi o ponto de partida para uma sociedade ecologicamente singularizada (COSTA, 2012, p. 66).

Paulo Bertran é constantemente referenciado não somente como um historiador, mas como um homem apaixonado pelo Brasil Central, prova disso, são algumas denominações a ele atribuídas, a exemplo da expressão “historiador andarilho”, essas expressões reverenciam a curiosidade desse grande estudioso da região, que por meio de suas descobertas pôde resgatar a história tão relegada dessa importante região brasileira. Dentre as descobertas do historiador, estão os atrativos por ele evidenciados.

Bertran, como já foi visto, por meio de uma abordagem histórica singular, aponta o valor social e ambiental do Cerrado. Esse último, foi um bioma relegado pelos governos e órgãos internacionais. Aliado ao desprezo pelo bioma, concomitantemente ocorria o avanço da modernização agrícola.

Constatada a importância histórica e geográfica dessa região, Bertran recorreu aos estudos do arqueólogo Dr. Eurico Miller, que nos anos de 1991 e 1994

constatou que no Distrito Federal, havia mais de vinte sítios. Alguns destes carregavam memórias da ocupação colonial.

Diversas porções centrais do Brasil eram carregadas de mitos cartográficos, um deles é o “mito do largo dourado”, o outro consiste em mito dos “lagos do Planalto”. Todos esses mitos visavam atrair homens para esses territórios caracterizados pela baixa densidade demográfica.

No livro história da terra e do homem no Planalto Central, no capítulo intitulado o roteiro de urbano e as lendas de ouro, Bertran traduz que o Roteiro do Ouro do Urbano e o sonho de Dom Bosco são as mais antigas lendas do Planalto Central. Sendo a primeira muito menos difundida. De acordo com o autor:

Ouro do Urbano, ou simplesmente o Roteiro é um mito menos difundido, apesar de contar com dois séculos de história e ser anterior em mais de século aos sonhos do santo piemontês. Trata-se de uma fabulosa mina de ouro que, de tão puro, segundo a tradição oral, extrai-se da rocha a golpes de machado e marreta. Descoberta pelo português Urbano do Couto antes de 1750, permaneceria recôndita até hoje, nas redondezas de Brasilina, oficialmente Planaltina de Goiás, na verdade, região metropolitana de Brasília, pois as pessoas que ali vivem, em grande maioria, trabalham no Distrito Federal (BERTRAN, 2011, p. 131).

De acordo com o historiador, o roteiro místico e de natureza no Distrito Federal e suas adjacências, é reconhecido pelos moradores antigos, assim como bem nos assegura Bertran:

O epicentro do “Roteiro” é o Distrito Federal. Em um raio de 100 quilômetros, a legenda é conhecida pelos roceiros e pelos habitantes das cidades mais antigas: em Brazlândia, em Sobradinho e, evidentemente, em Planaltina, o Roteiro é bem familiar aos moradores antigos. Disse-nos o professor Mário Castro, pesquisador emérito de Planaltina, que ao seu sentir, todos os mestre-durienses já quiseram ir ao alcance do Roteiro e que só por prudência não chegaram a bom termo. Uns temerosos de assombrações e almas penadas; outros, com medo de onças e de quimeras outras que habitaram aquelas dilatadas serrarias do norte do Distrito Federal. Rui Faquini, o mestre fotógrafo cerratense, acha que o roteiro é místico, de natureza iniciática (BERTRAN, 2011, p. 131).

Santos, Steinberger e Oliveira (2009) afirmam que apesar de Brasília ser reconhecida pelo seu aspecto político, ela está localizada em uma área de fauna e flora bastante diversificada, o bioma do cerrado, e ao seu redor podem ser encontrados sítios, cachoeiras e lagos propícios ao Ecoturismo, além disto, no seu próprio núcleo urbano e áreas próximas podem ser encontrados elementos místicos e atrativos religiosos.

4.4 A Descoberta do Cerrado pelos moradores/turistas brasileiros

Uma das características do turismo é a sua apropriação dos espaços e a velocidade com que se propaga pelos cantos do mundo. A região centro-oeste foi uma delas. Essas constatações também foram encontradas em Sobrinho (2012), ao afirmar que o Brasil foi um dos países que teve o turismo como tendência em seu território, e todas as regiões brasileiras foram impactadas pelo turismo em maior ou menor grau, já que esta foi considerada uma das atividades protagonistas do século XXI.

O Cerrado é o segundo maior ecossistema do Brasil, devido a sua diversidade ele é bastante atrativo para o segmento de ecoturismo, turismo de aventura e passeios históricos. Essa diversidade em sua fitofisionomia é o que faz do Cerrado um dos biomas mais ricos do mundo, principalmente no que diz respeito a diversidade de flores, campos limpos, Cerradão e o famoso cerrado de pequenas árvores retorcidas (CRUZ, 2021). Muitos municípios nas proximidades do Distrito Federal contam com essa variedade de fitofisionomias do Cerrado, em pequenas cidades e municípios goianos podem ser encontrados diversos atrativos naturais em grande parte localizados em unidades de conservação. A exemplo das RPPN's (Reserva Particular do Patrimônio Natural)

Na literatura é possível encontrar vários tipos de turismo: o histórico, cultural, gastronômico, ecológico entre outros. No caso de Brasília, predominam os segmentos de negócios e eventos. Contudo, diversos pesquisadores apontam que existem outros segmentos, como o turismo religioso, ecoturismo, turismo de Aventura, turismo gastronômico dentre outros reconhecidos nas proximidades do

DF, sobremaneira pelos moradores da capital federal (SANTOS; STEINBERGER; OLIVEIRA, 2009, p. 111).

Mesmo assim, em instrumentos governamentais a exemplo do Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil, a região turística é denominada Região Turística de Brasília- Patrimônio Cultural da Humanidade, o que automaticamente remete ao conjunto urbanístico tombado pelo IPHAN. Em diversos documentos como esse, são evidenciados os seguintes segmentos de turismo: negócios e eventos.

Brasília foi bem equipada para receber turistas de negócios e eventos, devido ao Plano Piloto, assim, a maior parte dos turistas que a cidade recebe provém desses dois segmentos, sendo assim, os serviços turísticos podem ser considerados de alto padrão, e a capital federal ainda conta com o terceiro maior aeroporto do país. Mas é fato que muitos turistas que vem à Brasília, prolongam sua permanência na capital federal.

É válido constatar que o Plano Piloto possui espaços de lazer para o morador do DF, porém além dos turistas que vem a Brasília, o seu próprio morador demonstra curiosidade por áreas próximas à cidade. De acordo com o jornal de Brasília, Correio Brasiliense, os arredores de Brasília e cidades vizinhas do DF são refúgios para os brasilienses.

Alguns atrativos dos diversos segmentos do turismo serão demonstrados abaixo, como forma de evidenciar que o turismo ocorre para além do conjunto arquitetônico tombado.

As localidades próximas ao DF possuem uma diversidade inexplicável e atraem diversas crenças, de todas as regiões do país. Algumas crenças constatadas são: Ufologia e Astrologia, Santo Daime e Wicca, verificadas até os dias atuais, bem como outras culturas religiosas e mitos peculiares (FERREIRA, 2018).

Figura 5 - – Religiosos no vale do amanhecer em Valparaíso de Goiás



Fonte: Ferreira (2018)

Um dos mitos famosos, faz referência ao padre João Bosco, ao sonhar com a capital federal, como já foi visto no começo dessa seção, Dom Bosco teria previsto a criação de Brasília, antes da constituição de 1891, instrumento que delimitou o seu território em meio ao Planalto Central do Brasil.

Além do sonho de Dom Bosco, várias outras teorias sustentam o caráter voltado as práticas de turismo religioso em Brasília. Algumas histórias evidenciam a semelhança de edifícios de Brasília com as cidades egípcias. Ademais, o turismo religioso não se dá somente em Brasília, mas ocorre também em outros municípios em suas proximidades, como Alto Paraíso de Goiás são reconhecidos por esse segmento de Turismo.

Essas localidades são núcleos receptores de turismo, muitos brasilienses e candangos vão para essas localidades e geram benefícios para o seu comércio. Um exemplo disso pode ser visto na imagem abaixo.

Figura 6– Comércio em Alto Paraíso de Goiás



Fonte: Letícia (2020)

A Chapada dos veadeiros em Goiás fica a 230 km de Brasília, sendo um dos destinos prediletos do brasileiro, não somente pela proximidade, mas também por oferecer muitas opções de hospedagem, a exemplo de pequenas pousadas. Alguns atrativos principais da Chapada são: o vale da lua, a cachoeira do segredo e o Parque nacional. Pirenópolis, também atrai muitos turistas devido suas pousadas coloniais e ruas como a rua do lazer que contam com atrativos turísticos importantes. Além de atrativos culturais como o Museu das Cavalladas (ELEUTÉRIO; ALMEIDA, 2022).

E para saber mais sobre como de fato o turismo acontece e quais são as cidades com atrativos turísticos nas proximidades do DF, somente pode ser possível

através de pesquisa de campo com os principais protagonistas da prática, os moradores do Distrito Federal, que ao se deslocarem com a finalidade de viagens e lazer, se tornam turistas. E são eles quem elegem, frequentam, criam e recriam territórios turísticos e que utilizam os equipamentos(objetos) turísticos.

Diante disto têm-se que o Ministério do turismo compreende que a Região Turística de Brasília- acontece na RA-1 plano Piloto, praticamente ignorando as demais localidades próximas ao DF, Contudo, primeiramente recorre-se ao conceito de região turística, que de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, em suas diretrizes políticas, afirma ser um “Espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território delimitado para fins de planejamento e gestão”.

Assim, de acordo com o Mtur, a integração de municípios de um ou mais estados, ou de um ou mais países, pode constituir uma região turística”, Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes políticas (BRASIL, 2004).

Sendo assim, como já foi visto e reconhecido por alguns autores, seria óbvio considerar a existência desses territórios próximos para o conceito de Região Turística de Brasília.

4.5 A RIDE e o entendimento da região turística de BRASÍLIA

É certo que alguns municípios contam com integração política, ambiental, socioeconômica, ou geográfica e em algum nível se complementam e por isso, no Brasil são agrupadas em categorias como as Regiões metropolitanas ou as regiões integradas de desenvolvimento (RIDE). Atualmente, o Brasil possui “74 RM e três RIDES constam na lei, bem como muitos projetos que possuem finalidade em criar regiões nesses moldes para ampliar a abrangência geográfica dessas regiões” (CAVALCANTE, 2020, p. 1).

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), compreende uma boa quantidade de municípios do DF, Goiás e Minas Gerais. A integração desses municípios foi necessária para a geração de políticas públicas

partilhadas por eles, isto tendo em vista gerar melhorias e desenvolvimento para a população (MATIAS, 2022). Tendo em vista esses fatos, e tendo base em alguns autores, pode se afirmar que existe uma função turística que também é responsável por unir esses municípios do DF, Minas e Goiás.

De acordo com Steinberger e Silva (2009), “o DF e os municípios do Estado de Goiás que o circundam, formam um único território que pode ser o suporte de uma região turística”.

No entanto, não se pode ignorar que Brasília é a origem da demanda turística, razão pela qual a região discutida pelas autoras foi denominada de região de Brasília. Para Steinberger e Silva (2009), antes de falar sobre região turística, deve-se obter um entendimento sobre os territórios turísticos, sendo assim as autoras recorrem a dois conceitos chave da geografia, as noções de região e território.

A compreensão do que é o turismo regional faz se mister diante do uso equivocado que se faz dessa expressão. De acordo com Steinberger e Silva essa expressão é:

Traduzida simplistamente como turismo que ocorre em uma região ou como um segmento a mais dentre os muitos que constam na literatura de turismo. Na verdade, trata-se de uma expressão cujo fundamento está no binômio turismo-região (STEINBERGER; SILVA, 2009, p. 276, grifo nosso).

As autoras criticam a utilização do conceito de região de forma tão equivocada. Pois, o turismo regional envolve a relação entre região e território, sob a perspectiva do turismo o conceito de região é complexo, e há anos vem sendo debatido na Geografia. Contudo, diante do contexto atual de globalização, muitos autores chegam a negar sua existência.

Quem traduz isso é Casto, Gomes e Corrêa (2002), ao salientarem que muitos autores, ao longo dos anos oitenta decretaram o fim da região, pois falar em região diante do contexto de “homogeneização do espaço e da uniformização das relações sociais”.

Contudo, o autor não concorda com esse pensamento, pois a noção de região, perpassa pelo entendimento do regional, regionalismo e regionalidade, que

segundo ele são heterogêneos, que defendem as diferenças e não a homogeneização e consideram que o principal de uma região é o seu aspecto político. Ainda dispõem que o debate sobre a questão regional vem sendo atualizado. As autoras citam Vainer, que denomina que existem processos de identidades territoriais, e grupos que se formam em espaços simbólicos nas mais diferentes escalas. (STEINBERGER; SILVA, 2009, p. 277).

Santos (2003) acredita que a região consiste num lugar onde a ação acontece. No livro a natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, Milton Santos traduz que o que faz a região é sua coerência funcional.

Nessa direção, pode ser citada a RIDE, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que abrange uma grande quantidade de cidades e municípios do Distrito Federal Goiás e Minas Gerais.

Esses municípios foram agrupados como uma forma de facilitar a política pública afim de integrá-los. Na RIDE, existem diversos municípios cuja o desenvolvimento econômico e social se diferencia bastante. Porém, os municípios que possuem seus territórios distantes da capital federal, recebem poucos investimentos.

Diante desse contexto, é fácil entender que região e território estão intrinsecamente ligados, mas não somente pelas ações governamentais, mas também por uma regionalidade exercida por outros agentes, que se conectam por meio do território. Trazendo isso para o turismo, Steinberger e Silva (2009) nos asseguram que ele “é capaz de configurar uma região a partir de alguns aspectos”. Para as autoras:

Em outras palavras, se o turismo é capaz de configurar uma região a partir dos seguintes aspectos trazidos pelos autores citados: ação; contextos; importância no momento histórico e relações com o país e o mundo; identidade, escala, função e especialização; gestão, agentes e sua lógica de poder (STEINBERGER; SILVA, 2009, p. 283).

As autoras afirmam que o turismo é uma ação que se passa na região. E, pode ser fator que desencadeia uma região. E o turismo regional só existe ao analisar uma determinada região.

Ainda em recortes dos estudos das autoras, podem ser verificados que “a novidade está nos fluxos, em especial nas estradas, cujo elo com o turismo é bastante óbvio, pois o turismo pressupõe deslocamentos, e, portanto, fluxos”.

As autoras evidenciaram que existe essa dinâmica proveniente de Brasília-municípios e cidades de Minas Gerais e Goiás. Essa constatação também é encontrada em Araújo Sobrinho e Soares (2018), ao observar uma dinâmica territorial no Eixo Brasília- Goiânia.

De acordo com Araújo Sobrinho e Soares (2018), a construção do aeroporto de Brasília, a construção de hotéis, a modernização das estradas entre outros, contribuíram significativamente para que se expandissem diversos segmentos do turismo.

Tendo em vistas esses objetos turísticos, e os fluxos constatados por Steinberger e Silva, e ações estatais significativas como a criação da RIDE, depreende-se que de fato há um turismo, mas não somente um turismo gestado pelo Estado e o empresariado, mas pelos turistas ao exercerem suas práticas de viagens, como afirma Knafou é o turista quem inicia o processo de turistificação de determinada área. Assim, a próxima seção permite apresentar, onde eles, os moradores do Distrito Federal enquanto turistas estão realizando suas práticas.

5 ENTREVISTA COM O TURISTA/MORADOR DO DISTRITO FEDERAL

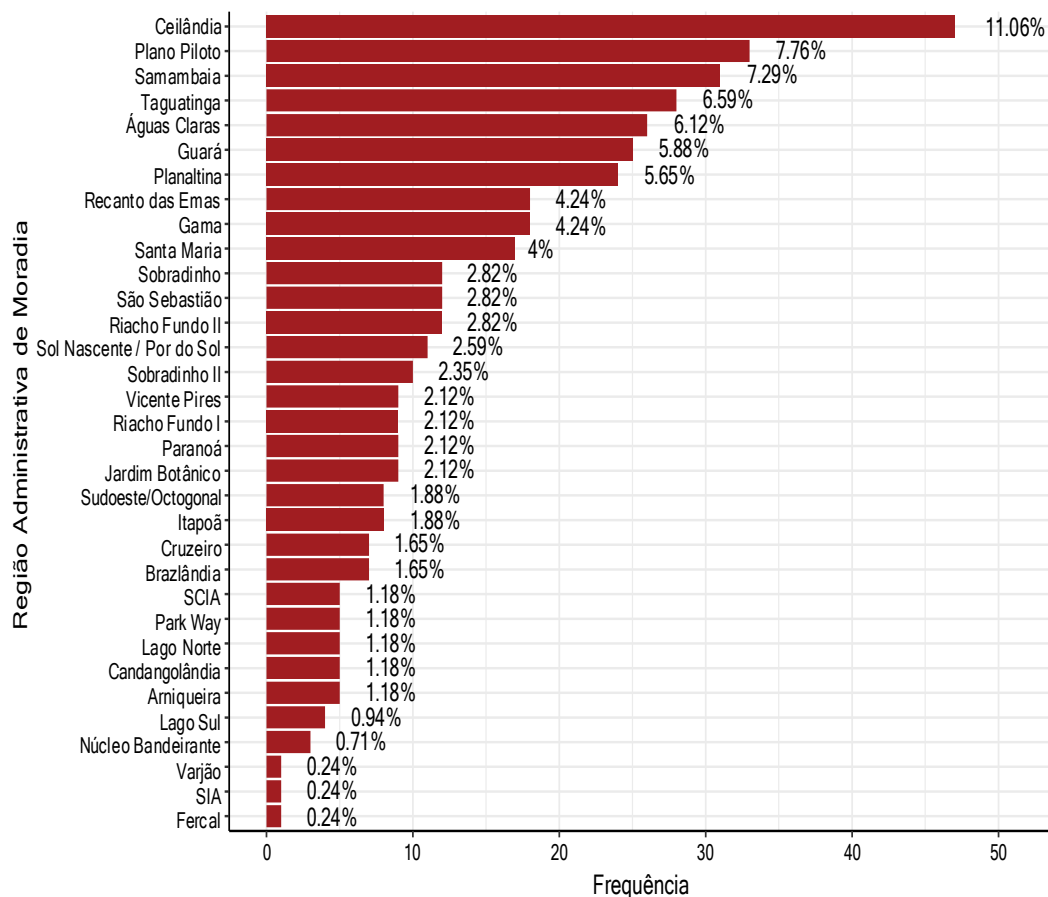
A seguinte pesquisa teve como objetivo repensar o turismo a partir da proximidade do turista com o território focando no caso do Distrito Federal e Adjacências. Para isto, foi calculada uma amostra dos questionários a serem aplicados.

A empresa júnior de estatística da Universidade de Brasília – ESTAT. Chegou-se por meio da técnica de amostragem aleatória, número de 386 pessoas. Sendo assim, a pesquisadora foi a campo e ficou durante vinte dias, realizando entrevistas semiestruturadas e aplicando questionários com moradores de todas as regiões administrativas.

As perguntas dos questionários foram selecionadas com a finalidade de investigação a respeito do turismo praticado pelo morador do Distrito Federal e se ele exerce essa prática em localidades próximas ao DF.

5.1 Região de moradia dos moradores do DF

Gráfico 1 - Gráfico de barras com percentual da amostra realizada por região administrativas

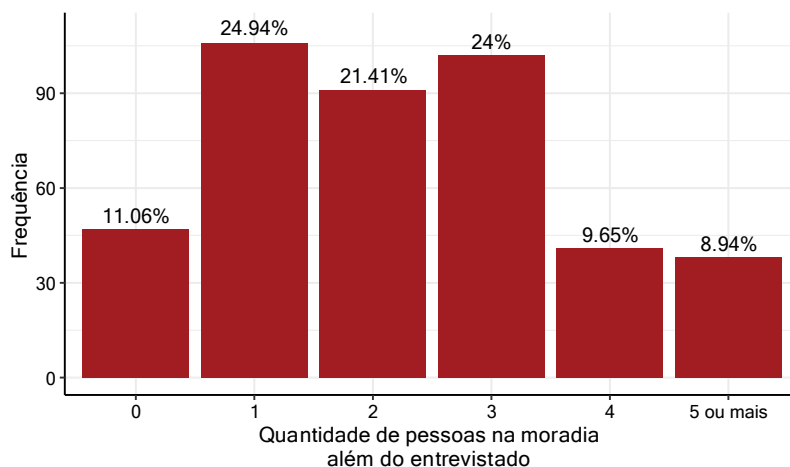


Fonte: Elaboração própria (2022)

No gráfico 1 observa-se que as 5 regiões de moradia mais frequentes entre os entrevistados são: Ceilândia com 11,06%, Plano Piloto com 7,76%, Samambaia com 7,29%, Taguatinga com 6,59% e Águas Claras com 6,12%. Além disso, as regiões menos frequentes são Varjão, SIA e Fercal, todas com 0,24% dos entrevistados residentes nessas regiões.

5.2 Variáveis quantitativas dos domicílios do morador do DF

Gráfico 2 - Gráficos de barras da quantidade de pessoas na moradia além do entrevistado

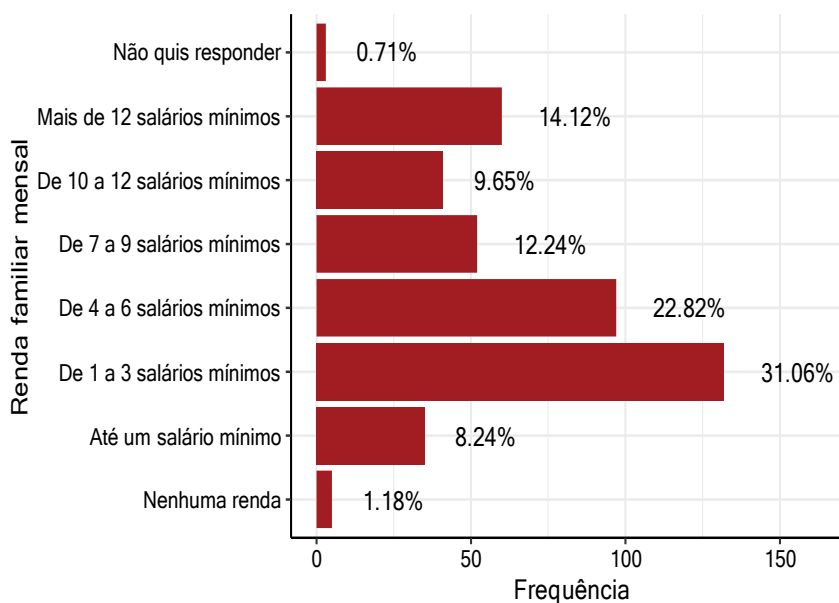


Fonte: Elaboração própria (2022)

A partir da Gráfico 2, nota-se que 11,06% dos entrevistados moram sozinhos, 24,94% moram com apenas uma pessoa, 21,41% moram com 2 pessoas, 24% moram com 3 pessoas, 9,65% moram com 4 pessoas e por fim 8,94% moram com 5 ou mais pessoas. Assim, é perceptível que a maioria dos domicílios em Brasília, 70,35%, são com postos por 2,3 e 4 moradores.

5.3 Renda mensal familiar dos moradores do DF

O gráfico abaixo permite compreender sobre um dos questionamentos centrais da pesquisa, a renda familiar do morador do DF.

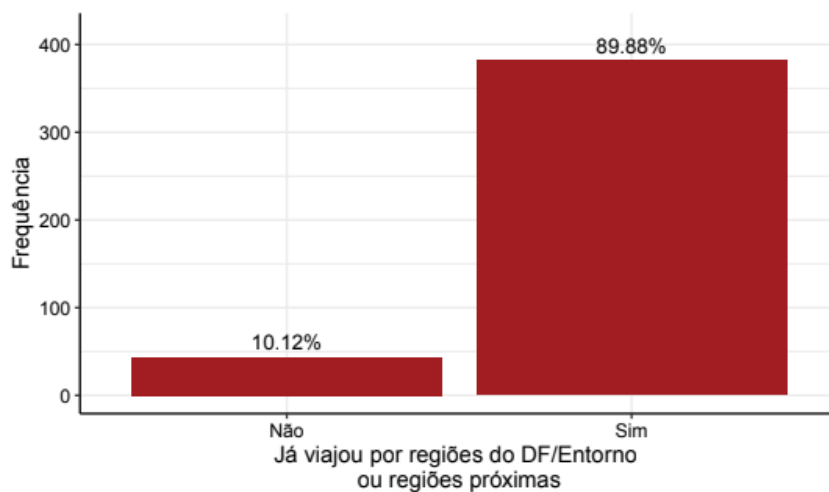
Gráfico 3 - Gráfico de barras da Renda Mensal familiar

Fonte: Elaboração própria (2022)

No gráfico 3 é possível perceber que 31,06% e 22,83% possuem renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos e 4 e 6 salários-mínimos, respectivamente, representando a renda familiar mensal da maioria dos habitantes do DF. Por outro lado, uma minoria de 1,18% não possui nenhuma renda. Além disso, 8,24% recebem até um salário-mínimo, 9,65% possuem uma renda mensal familiar de 10 a 12 salários-mínimos e 14,12% recebe mais de 12 salários-mínimos. Foi registrado ainda que 0,71% dos entrevistados preferiram não informar sua renda mensal familiar.

5.4 Viagens por localidades próximas ao DF

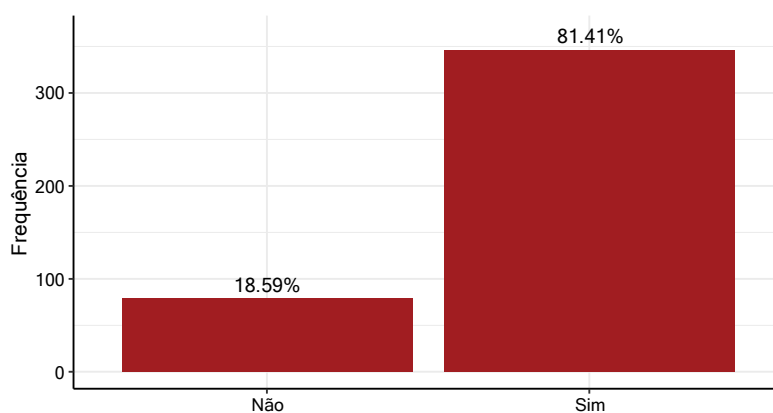
Gráfico 4 - Gráficos de barras da realização de viagens por localidades próximas ao DF



Fonte: Elaboração própria (2022)

Considerando o Gráfico 4, observa-se que a maior parte, 89,88%, dos respondentes já viajou por localidades próximas ao DF e apenas 10,12% não viajaram pelas regiões.

Gráfico 5 - Gráficos da realização de viagens por localidades próximas ao DF

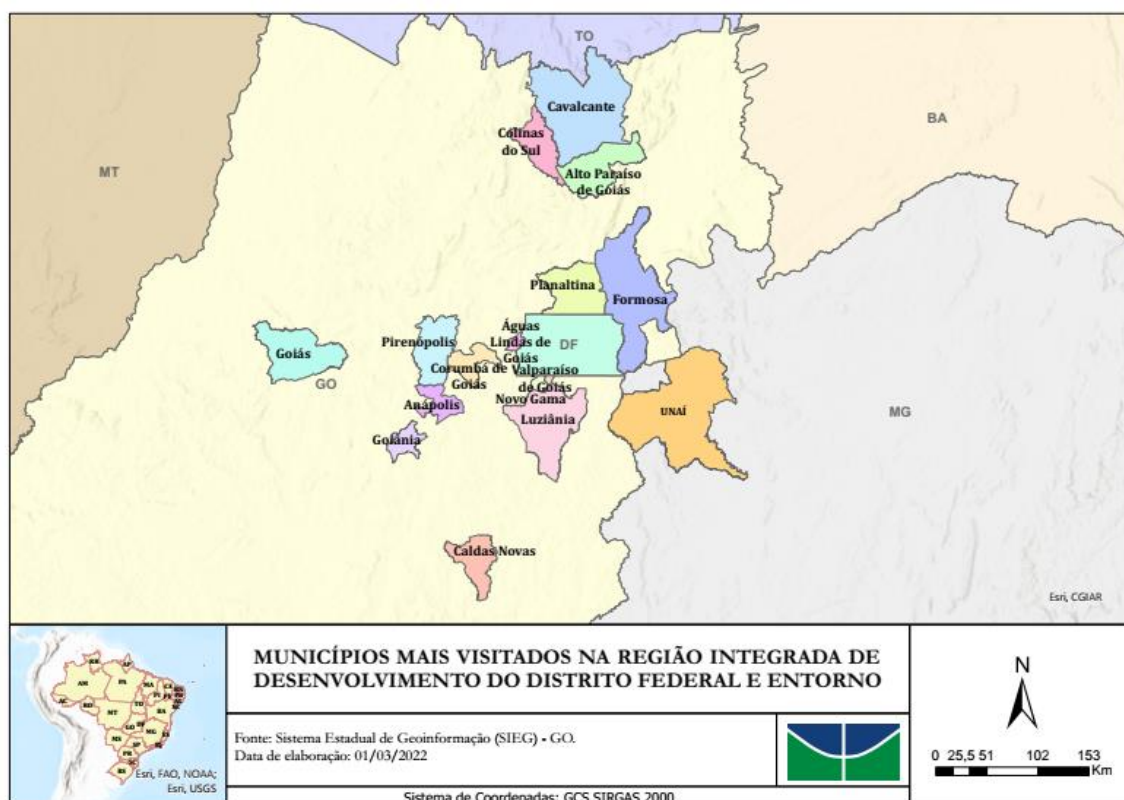


Fonte: Elaboração própria (2022)

Pelo Gráfico 5 é perceptível que a maioria, 81,41%, dos moradores do DF já viajaram por localidades próximas ao DF nos últimos 5 anos e apenas 18,29% não viajaram nos últimos 5 anos.

Com o intuito de investigar os principais destinos de viagens próximos ao DF, foram consideradas para a construção do gráfico abaixo as 20 localidades mais frequentadas apontadas pelos moradores do DF.

Figura 7 - Mapa das regiões próximas mais frequentadas pelos moradores do Distrito Federal



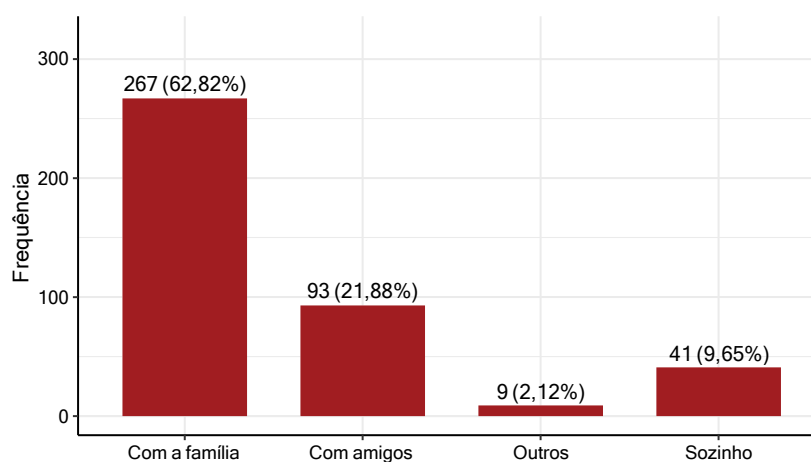
Fonte: Santos (2022)

Os 5 destinos mais frequentados próximos ao DF visitados pelos brasilienses nos últimos 5 anos foram respectivamente, Pirenópolis apontado como destino por

14,94% dos brasilienses, Caldas Novas destino de 11,88% dos brasilienses, Goiânia destino de 9,76% dos habitantes nos últimos anos, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros que está localizado no nordeste do Estado de Goiás, entre os Municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João d'Aliança citado como destino de 6,82% dos entrevistados e Formosa destino de 3,88% dos entrevistados,

Além dos destinos acima foram citados: Águas Lindas-GO, Valparaíso de Goiás-GO, Luziânia-GO, Corumbá-GO, Anápolis-GO, Unaí-MG, Patos de Minas-MG, Paracatu- MG, Mambaí-GO, Alexânia-GO, Alvorada do Norte-GO, Damianópolis-GO, Paracatu- MG, Cristalina-GO, Uberlândia-MG, Trindade-GO, Abadiânia-GO, Padre Bernardo-GO, Goiás Velho-GO, Serra da Mesa-GO e Girassol-GO também foram mencionados.

Gráfico 6 - Gráficos de barras da variável costuma viajar sozinho ou acompanhado



Fonte: Elaboração própria (2022)

O gráfico 6 revela que 86,82% das pessoas costumam viajar acompanhadas (a resposta "Outros" foi considerada como companhia) e 9,65% viajam sozinhas. A companhia mais citada para viagens é a família, que representa mais da metade das respostas (62,82%) e 21,88% dos respondentes fazem viagens com amigos.

Gráfico 7 - Gráficos de barras da variável “costuma viajar sozinho ou acompanhado?”

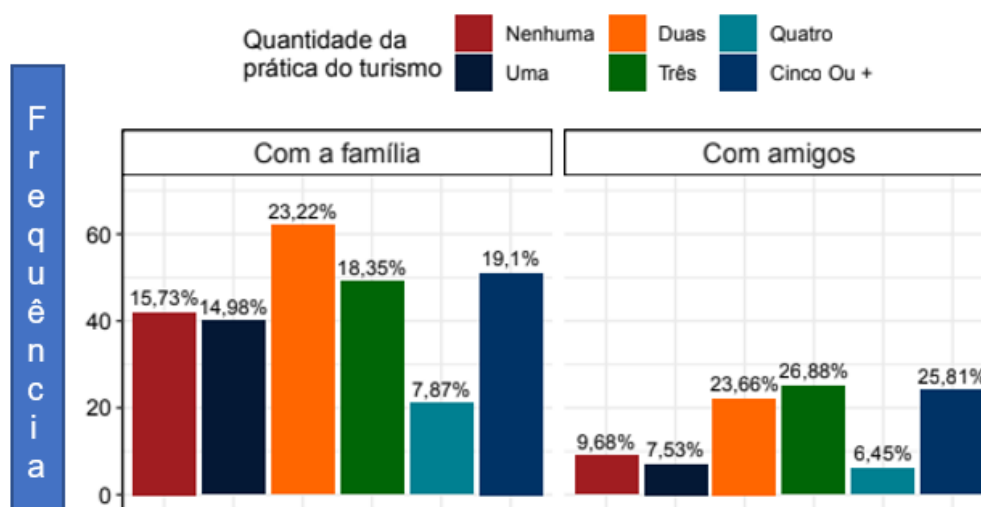
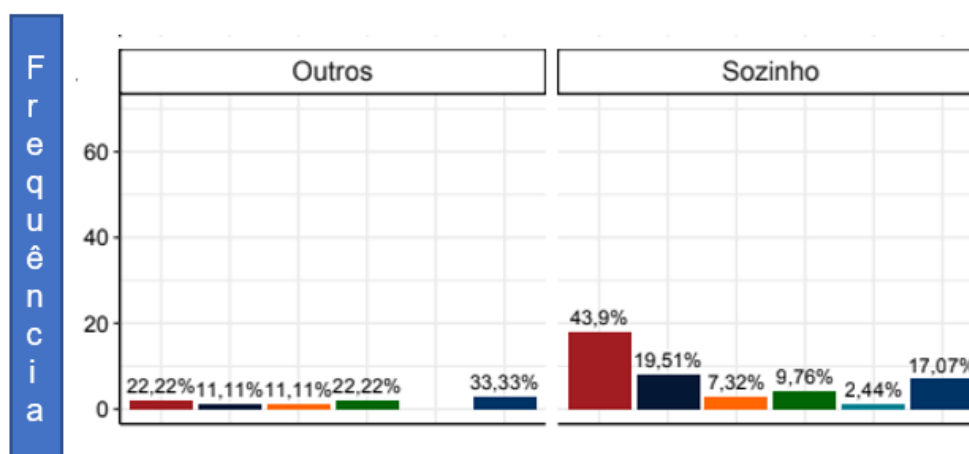


Gráfico 8 - Gráficos de barras da variável “costuma viajar sozinho ou acompanhado?”



Fonte: Elaboração própria (2022)

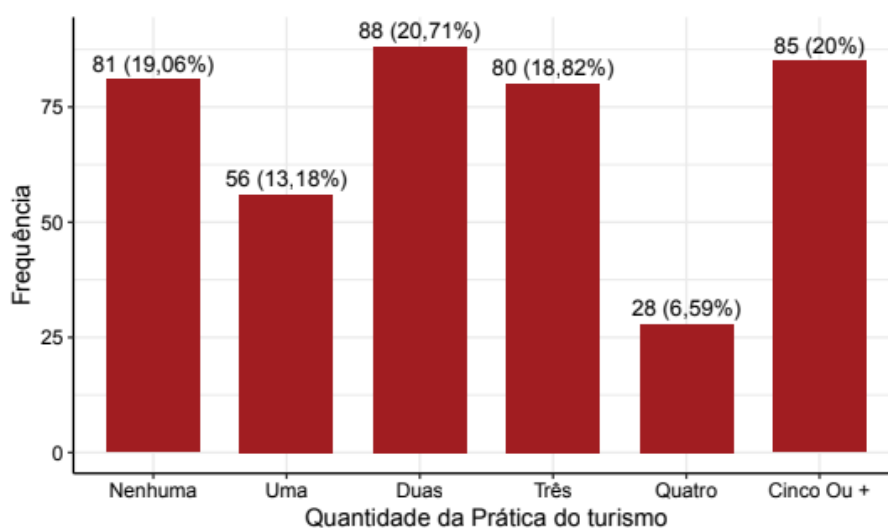
Pelo gráfico acima, quando a companhia de viagem de costume é a família a quantidade de duas práticas de turismo nas localidades próximas ao DF nos últimos 5 anos é a mais frequente (23,22%). 19,1% desse grupo também responderam como “cinco ou +” a quantidade da prática de turismo pelas localidades próximas ao DF nos últimos 5 anos.

A resposta menos frequente para quem costuma viajar com a família é a de quatro práticas de turismo nos últimos anos (7,87%). Para aqueles que costumam

viajar com os amigos, a maioria, 26,88% afirmam ter realizado três práticas de turismo nas localidades próximas ao DF e a minoria, 6,45%, praticaram 4 vezes turismo nos últimos 5 anos pelas localidades próximas ao DF.

A distribuição das pessoas que costumam viajar com” Outros “revela que 33,33% desses indivíduos realizaram cinco ou mais práticas de turismo nos últimos 5 anos. Já para as pessoas que costumam viajar sozinhas, tem-se que a maioria (43,9%) não realizaram práticas de turismo pelas localidades próximas ao DF.

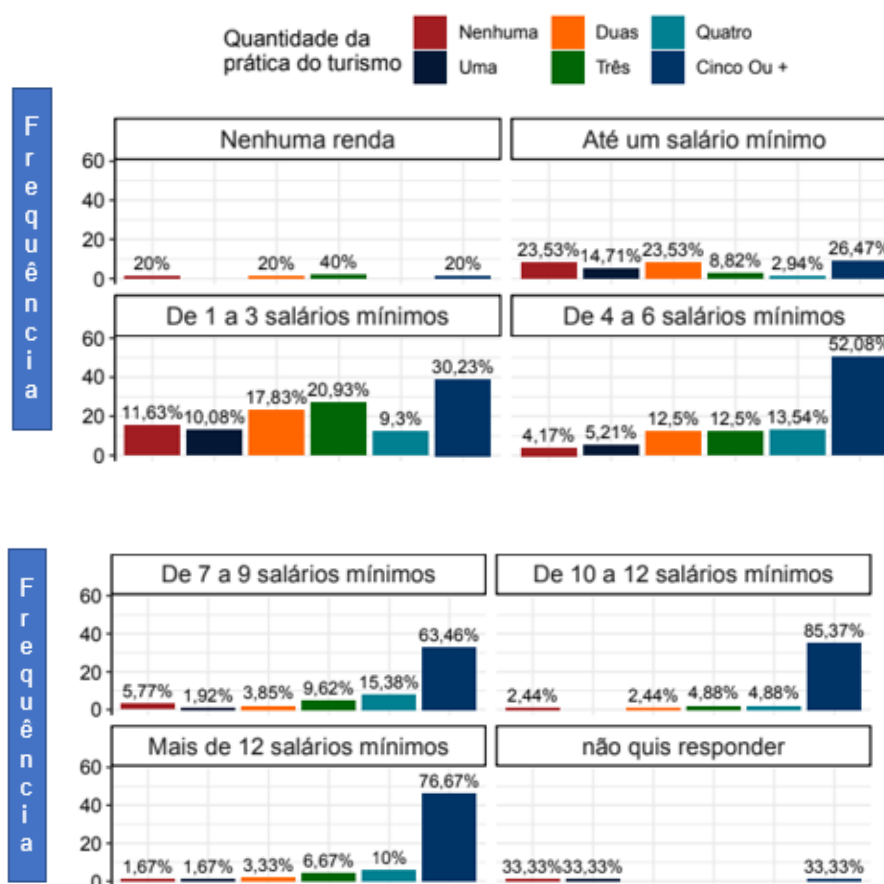
Gráfico 9 - Gráficos de barras da variável prática do turismo nos últimos 5 anos nas localidades próximas ao DF



Fonte: Elaboração própria (2022)

Pelo Gráfico 9 é perceptível que, “Duas” e “Cinco ou +” são as quantidades de prática de turismo em localidades próximas ao DF, sendo que 88 (20,71%) pessoas as- sinalaram terem realizado duas práticas e 85 (20%), cinco ou mais. Ainda, uma parte significativa (19,06%) afirmou não ter praticado turismo nos últimos 5 anos. Um pouco atrás, quase 19% das pessoas afirmaram ter efetuado três práticas de turismo nos últimos 5 anos.

Gráfico 10 - Prática Turismo em localidades próximas ao DF nos últimos 5 anos

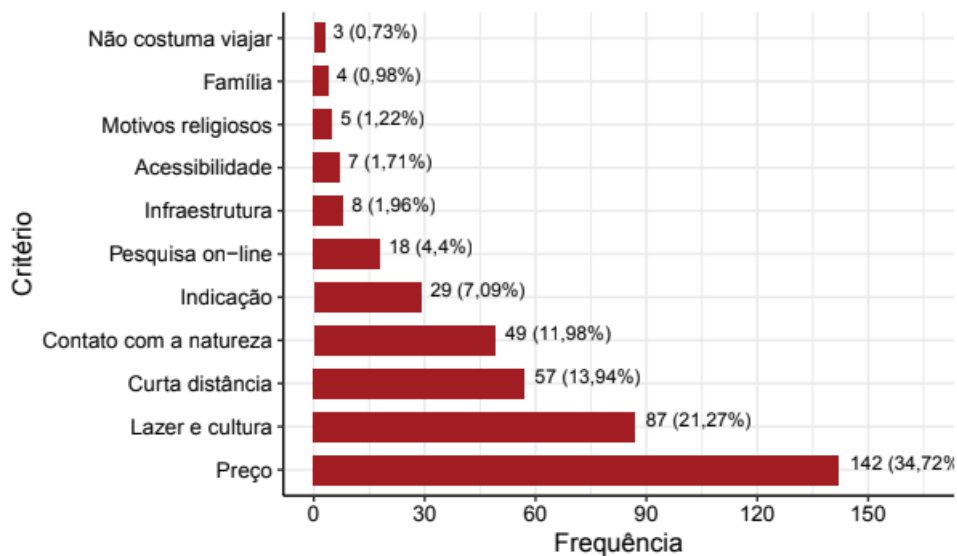


Fonte: Elaboração própria (2022)

Quando questionados sobre as práticas de turismo, muitos moradores de regiões administrativas como Ceilândia, Brazlândia, Itapuã, Recanto das Emas, Santa Maria, São Sebastião e Sobradinho II, relataram que sua renda não permite o luxo de viajar, e quando realizam viagens, e quando se deslocam com essa finalidade, realizam sobremaneira uma viagem para o Nordeste, e viagens curtas para localidades próximas ao DF no máximo duas vezes.

Considerando aqueles que possuem renda familiar mensal, a maioria praticou turismo cinco vezes ou mais nos últimos 5 anos. Há uma tendência de crescimento na quantidade de práticas à medida que a renda mensal aumenta.

Gráfico 11 - Gráfico de barras dos principais critérios de escolha dos locais que realizou turismo nos últimos 5 anos



Fonte: Elaboração própria (2022)

O Gráfico 11 mostra que o principal critério dos turistas para escolher o local de destino é o preço, seguido pelas opções de lazer e cultura¹⁴. Por outro lado, motivos religiosos, família, acessibilidade e infraestrutura, também foram mencionados, juntos eles correspondem a apenas 6 % das respostas.

¹⁴ Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006).

Tabela 1 - Frequências do critério de escolha dos locais que realizou turismo por renda mensal

Critério	Renda familiar mensal em salários mínimos								Total
	Até um	1 a 3	10 a 12	4 a 6	7 a 9	Mais de 12	Não quis responder	Nenhuma renda	
Acessibilidade	2	3	1	0	0	1	0	0	7
Contato com a natureza	4	22	4	8	5	5	0	1	49
Curta distância	2	16	8	13	5	13	0	0	57
Família	1	3	0	0	0	0	0	0	4
Indicação	3	3	3	10	4	6	0	0	29
Infraestrutura	0	1	3	2	1	1	0	0	8
Lazer e cultura	12	38	5	15	8	8	0	1	87
Motivos religiosos	0	2	0	2	0	1	0	0	5
Não costuma viajar	2	0	0	0	0	0	1	0	3
Pesquisa on-line	0	8	3	3	0	4	0	0	18
Preço	5	29	13	41	28	21	2	3	142
Total	31	125	40	94	51	60	3	5	409

Fonte: Elaboração própria (2022)

Analisando a Tabela 1, observa-se que pessoas com renda familiar de até um salário-mínimo e de 1 a 3 salários-mínimos têm lazer e cultura como principal critério na hora de escolher o destino de viagem. Para as pessoas com renda familiar de 4 a 6, 7 a 9, 10 a 12 e mais de 12 salários-mínimos, o principal critério adotado é o preço. Nota-se, ainda, que mesmo nas faixas de renda onde o critério preço não é o principal, ele ainda representa grande importância.

Tabela 2 - Frequências do critério de escolha dos locais que realizou turismo por quem costuma viajar

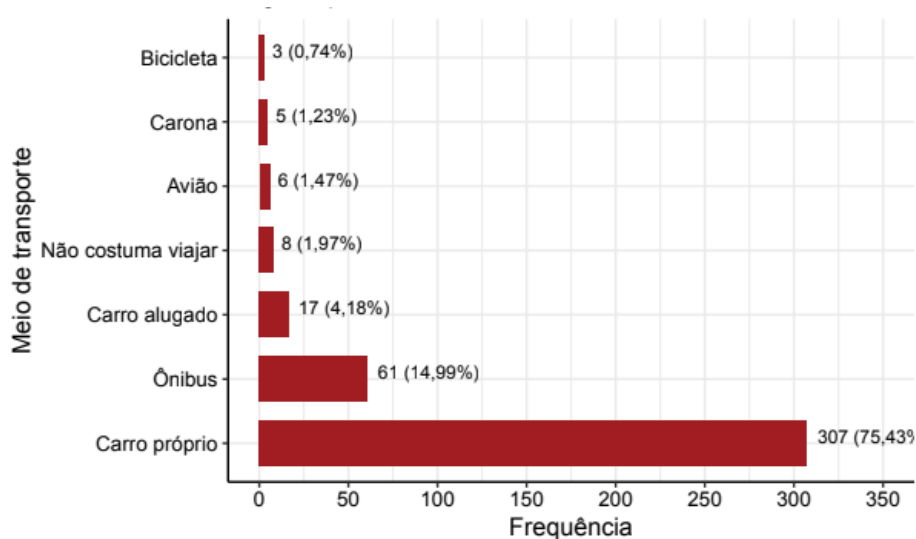
Critério	Com quem costuma viajar				Total Geral
	Com a família	Com amigos	Outros	Sozinho(a)	
Acessibilidade	5	0	0	2	7
Contato com a natureza	28	13	0	8	49
Curta distância	41	11	0	5	57
Família	2	0	0	1	4
Indicação	20	7	0	2	29
Infraestrutura	7	1	0	0	8
Lazer e cultura	59	16	1	11	87
Motivos religiosos	3	0	1	1	5
Não costuma viajar	2	0	0	0	3
Pesquisa on-line	10	5	0	2	18
Preço	90	39	7	6	142
Total Geral	267	92	9	38	409

Fonte: Elaboração própria (2022)

Observando a Tabela 2 acima, tem-se que independente do critério utilizado para decidir o destino de viagem, a grande maioria dos turistas viajaram com a família. Nota-se que tanto para viagem com a família quanto com os amigos, o principal critério adotado foi o preço. Para viagens sem nenhuma companhia, o principal critério adotado foram as opções de lazer e cultura.

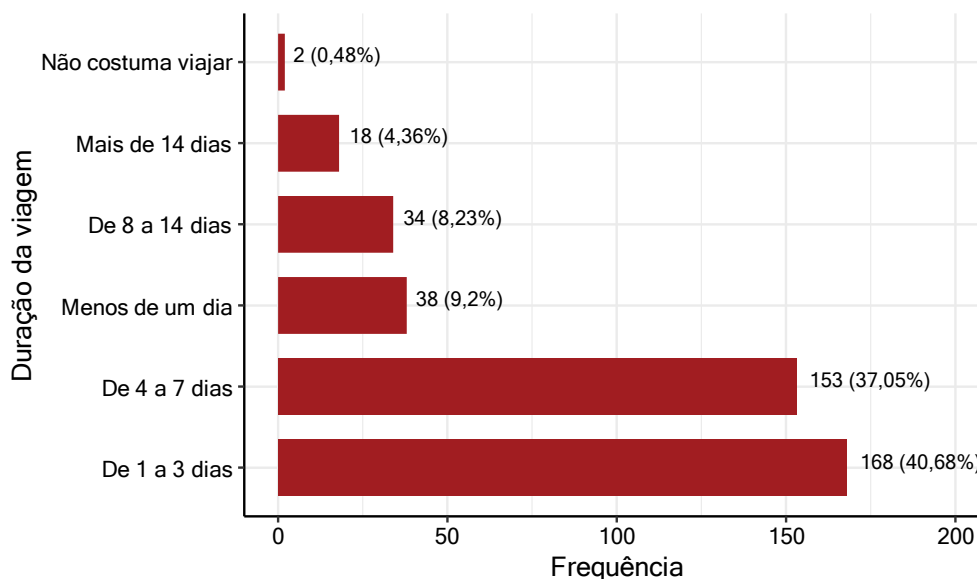
5.5 Meio de locomoção mais usual na prática do turismo em localidades próximas ao DF

Gráfico 12 - Gráfico de barras dos meios de locomoção mais usuais na prática do turismo em localidades próximas



Fonte: Elaboração própria (2022)

Observando o Gráfico 12, nota-se que a maioria das viagens de turismo em localidades próximas ao DF, mais de 75%, realizadas pelos respondentes nos últimos 5 anos foram feitas utilizando carro próprio. Com quase 15% das ocorrências, a segunda opção mais utilizada para prática do turismo foram os ônibus e 4,18% utilizaram carro alugado para se deslocar.

Gráfico 13 - Gráfico de barras da duração média das viagens

Fonte: Elaboração própria (2022)

Analisando o Gráfico 13 acima, tem-se que a maioria das viagens realizadas no período analisado duraram de 1 a 3 dias (40,68% das respostas) ou de 4 a 7 dias (37,05% das respostas). Ressalta-se ainda que as viagens com mais de 14 dias de duração foram as menos realizadas.

Tabela 3 - Frequência da Duração média das viagens pela quantidade de viagens nos últimos 5 anos pelas localidades próximas ou DF ou não

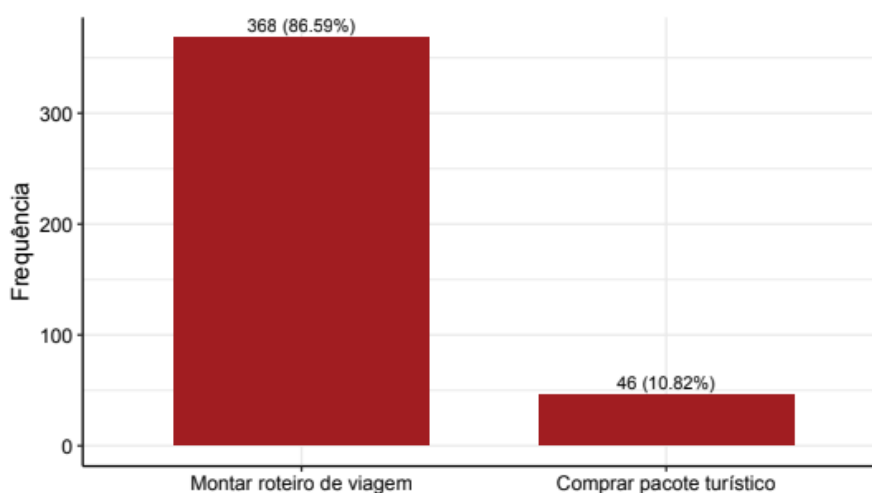
Duração média	Quantidade de viagens						Total
	0	1	2	3	4	5 ou mais	
Menos de um dia	10	7	7	5	1	8	38
De 1 a 3 dias	15	18	39	45	15	36	168
De 4 a 7 dias	28	22	33	22	11	37	153
De 8 a 14 dias	9	6	8	7	1	2	33
Mais de 14 dias	9	5	1	1	0	2	18
Não costuma viajar	2	0	0	0	0	0	2
Total	73	58	88	80	28	85	412

Fonte: Elaboração própria (2022)

De acordo com a tabela acima percebe-se que as pessoas que viajaram 5 ou mais vezes por localidades próximas ao DF, tiveram uma duração média de viagem de 1 a 3 dias ou de 4 a 7 dias. Por outro lado, viagens mais longas entre 8 e 14 dias ou mais de 14 dias foram feitas com mais frequência para locais mais distantes.

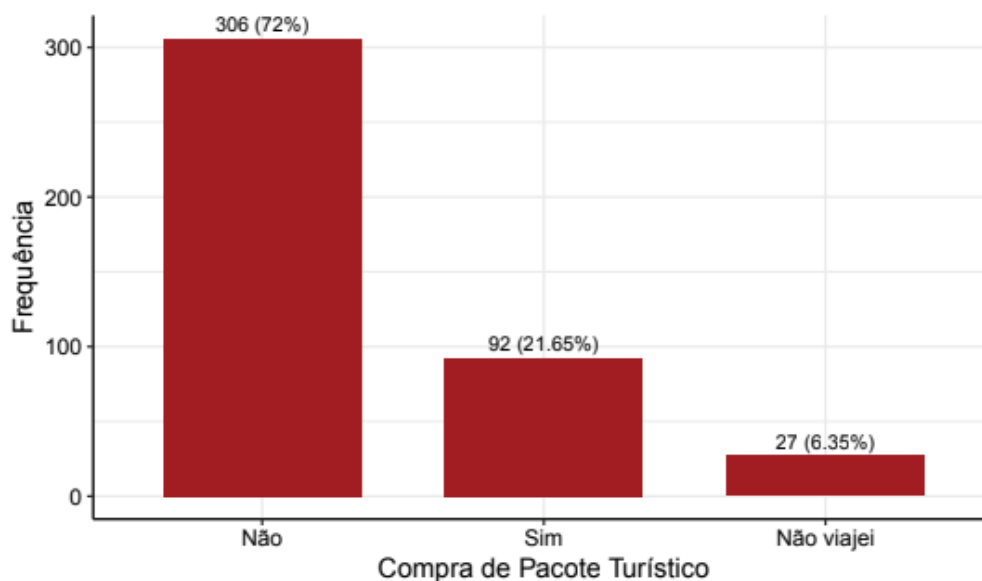
5.6 Os turistas do DF e suas preferências em realizar roteiros de viagens ou comprar pacotes turísticos

Gráfico 14 - Gráfico de barras preferência em realizar roteiro de viagens



Pela Gráfico 14, percebe-se que a maior parte dos respondentes prefere realizar seu roteiro de viagem, sendo 386 (86,59%) dos participantes da pesquisa. Apenas 10,82% preferem comprar um pacote turístico, o que representa 46 participantes. As respostas em branco foram desconsideradas.

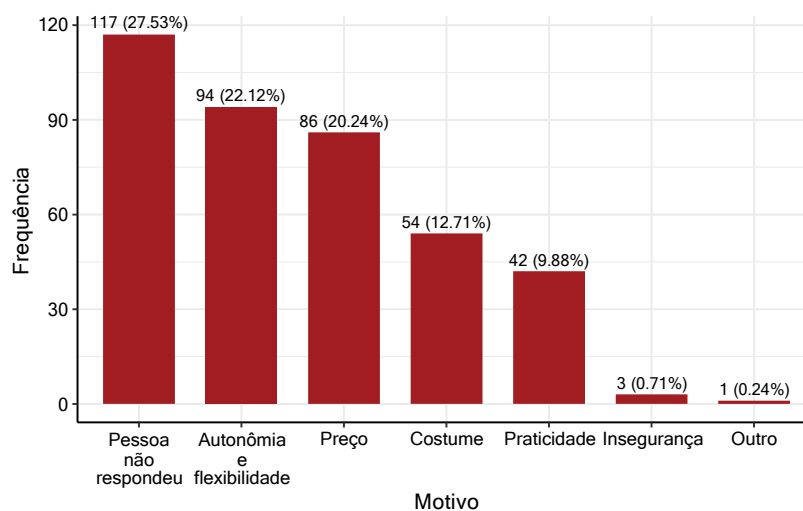
Gráfico 15 - Gráficos de barras da variável Compra de um pacote turístico em pelo menos uma das viagens nos últimos 5 anos



Fonte: Elaboração própria (2022)

Nota-se, pelo Gráfico 15, que dos participantes que tiveram pelo menos uma viagem nos últimos 5 anos, 72% não compraram nenhum pacote turístico. 21,65% compraram um pacote turístico em pelo menos uma das viagens nos últimos 5 anos e 6,35% não viajou.

Gráfico 16 - Gráficos de barras da variável Motivo da preferência da compra de pacotes turísticos



Fonte: Elaboração própria (2022)

Os motivos da preferência ou não em comprar pacote turístico foram bem variados. De acordo com o Gráfico 16, observa-se que a maior parte (27,53%) dos indivíduos não responderam à pergunta. A autonomia, flexibilidade e o preço foram os principais motivos para os participantes não terem comprado um pacote turístico. Já dos que compraram, o maior motivo foi a praticidade.

Para os principais motivos apontados para a preferência ou não na compra de pacotes turísticos, temos:

- a) Casa de parentes;
- b) Lua de mel;
- c) Uso de carro próprio para viagem;
- d) Não viajar.

Tabela 4 - Frequências da Preferência em realizar seu roteiro de viagem pela quantidade de viagens realizadas em localidades próximas ao DF

Quantidade de viagens	Montar seu roteiro		Total
	Montar roteiro de viagem	Comprar pacote turístico	
Nenhuma	64	9	73
Uma	47	9	56
Duas	77	11	88
Três	72	8	80
Quatro	25	3	28
Cinco ou mais	79	6	85
Total	364	46	410

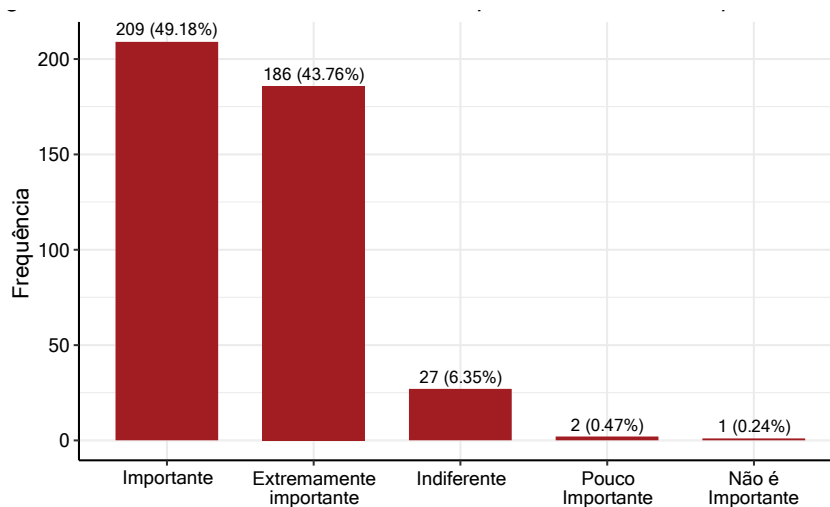
Fonte: Elaboração própria (2022)

Nota-se pela tabela acima que os participantes que responderam que fizeram 3 viagens nas localidades próximas ao DF tiveram uma maior quantidade de participantes que compraram pacote turístico. Porém, em todas as quantidades de

viagens, o número de respondentes que compraram pacote turístico foi menor que o número de participantes que realizaram seus próprios roteiros de viagem.

5.7 Importância do turismo para o morador do DF

Gráfico 17 - Importância do Turismo



Fonte: Elaboração própria (2022)

Constata-se que a maior parte dos respondentes considera o turismo importante ou extremamente importante para a vida, correspondendo a 92,94% dos participantes. Aproximadamente 6,35% das pessoas responderam que o turismo é indiferente para elas e apenas 0,71% consideram o turismo pouco importante ou não consideram importante.

5.8 Visão dos turistas sobre fazer turismo em localidades próximas

Para se conhecer as visões dos turistas sobre o que é o turismo e onde eles praticam o turismo, foram realizadas entrevistas com questionários semiestruturados, aplicados à 386 turistas de todas as Regiões administrativas do Distrito Federal. Desses turistas, a maioria afirmou que costuma viajar com a família e com os amigos. Considerando as pessoas que não possuem renda familiar mensal, no máximo realizaram três práticas de turismo nos últimos 5 anos, é a resposta mais frequente. Para aqueles que possuem renda familiar mensal, a maioria praticou turismo cinco vezes ou mais nos últimos cinco anos. Ficou claro, que o principal critério para a escolha dos destinos de viagem foi o preço e lazer e cultura. Essas motivações foram as principais apontadas por pessoas de baixa renda. Para pessoas com renda familiar de até 3 salários-mínimos apontam o lazer e cultura como principal critério ao escolher o destino de viagem.

A maioria dos entrevistados de acordo com os dados tinham aproximadamente 34 anos, e a maioria dos entrevistados também de acordo com os dados (24,94 %), moram com apenas uma pessoa, ou seja, duas pessoas na mesma residência. A maioria dos residentes do Distrito Federal entrevistados possuem renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos (31,06 %).

Ficou evidente também que a maioria, (89,88%) dos moradores viajam por localidades próximas ao DF. E nos últimos 5 anos, (82,41%) dos respondentes viajaram por essas localidades. Em suas entrevistas, foi descoberto que os destinos mais frequentados nas adjacências do DF, pelos brasilienses foram: Pirenópolis, Caldas novas, Goiânia, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e Formosa.

Os turistas relataram que os destinos que eles mais frequentam nas proximidades do DF são: Pirenópolis, Caldas Novas, Goiânia, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO) onde os mais citados foram (os municípios de Alto Paraíso de Goiás e Cavalcante, Teresina de Goiás, Nova Roma e São João da Aliança) Formosa, Águas Lindas, Planaltina, Goiás, Valparaíso de Goiás, Luziânia, Corumbá, Anápolis.

Essa é para o turista/morador do DF a região onde praticam turismo. E, com menor frequência, mas também citados estão: Patos de Minas-MG, Paracatu- MG,

Mambaí-GO, Alexânia-GO, Alvorada do Norte-GO, Damianópolis-GO, Paracatu-MG, Cristalina-GO, Uberlândia-MG, Trindade-GO, Abadiânia-GO, Padre Bernardo-GO, Goiás Velho-GO, Serra da Mesa-GO e Girassol-GO.

Há indícios de associação moderada entre a renda familiar mensal e a quantidade de viagens nos últimos 5 anos pelas localidades próximas ao DF; para pessoas com renda familiar de até 3 salários-mínimos apontam o lazer e cultura como principal critério ao escolher o destino de viagem. Já para as famílias com renda familiar mensal de mais de 3 salários-mínimos o principal critério avaliado é o preço;

Os moradores/ turistas do DF relataram que o meio de locomoção mais usual na prática do turismo em áreas próximas nos últimos anos foi o carro próprio; sendo que a maioria das viagens realizadas no período analisado duraram de 1 a 3 dias. E a segunda mais frequente equivale ao período de 1 a 7 dias. 21,65% dos participantes compraram um pacote turístico em pelo menos uma das viagens nos últimos 5 anos e 72% não compraram pacotes.

Os motivos para realizarem compra de pacotes turísticos foram os seguintes: os pacotes para cidades com Caldas Novas e Goiânia são mais baratos do que montar o próprio roteiro, essa afirmação foi muito evidenciada. Por isso, muitos moradores de classe mais baixa optam por essa opção, outra turista relatou à pesquisadora que efetivou compra de pacote turístico para passar a lua de mel e que considera Pirenópolis extremamente “chique”. Já os outros turistas que relataram comprar pacotes turísticos para passar 3 dias nas proximidades do DF consistiam em turistas das classes A e B, geralmente pessoas com faixa etária acima dos 40 anos. Muitos relataram gostar de pousadas encontradas em Pirenópolis.

Os turistas das classes mais baixas falaram muito em Pirenópolis, segundo eles o município conta com pousadas, *campings* e alternativas de hospedagens com preços acessíveis, além disso, Pirenópolis é relativamente próximo ao Distrito Federal, está a 155 km do DF, sendo assim o deslocamento é, segundo eles mais acessível e atrai diversos gostos, e é a destinação mais citada por todos, principalmente por pessoas mais velhas. Pirenópolis também foi destino citado por jovens, famílias, pessoas que viajam sozinhas. segundo os turistas, a infraestrutura

turística encontrada em Pirenópolis é muito boa. A maioria elogiou Pirenópolis, pois podem ser encontrados muitos hotéis, pousadas, restaurantes, cachoeiras, sítios históricos, feiras artesanais, eventos como as Cavalhadas.

E ao serem questionados sobre a realização de compras de pacotes turísticos para as demais regiões do Brasil nos últimos 5 anos, a maioria, respondeu que não. A autonomia, flexibilidade e o preço foram os principais motivos para os participantes não terem comprado um pacote turístico. Já dos que compraram, o maior motivo foi a praticidade.

Os turistas consideraram que o DF e suas adjacências possuem excelentes atrativos turísticos, principalmente por conta de suas belezas naturais. Ainda que alguns municípios e cidades próximas não possuam estruturas de suporte à atividade turística, sejam eles restaurantes, estradas sinalizadas, transporte coletivo, atrativos de lazer entre outros.

Constatou-se que nas adjacências do DF ocorrem muitas atividades inerentes ao turismo relacionado a natureza, seja ecoturismo, turismo de aventura, turismo em espaço rural, esses segmentos do turismo foram evidenciados em Planaltina, Cristalina, Planaltina, Corumbá e Chapada dos Veadeiros.

Como destino de turismo religioso foram evidenciados: Trindade, Valparaíso, Abadiânia e outros. Vale ressaltar que a maioria dos respondentes que praticam turismo religioso realizam suas viagens sozinhos e quando chegam em suas destinações juntam-se a grupos religiosos.

Goiás Velho, foi bastante relatada por turistas adeptos ao segmento de Turismo Cultural e gastronômico.

Alguns moradores de Ceilândia relataram que gostam de ir para Corumbá de Goiás, pois nesse município podem ser encontrados muitos atrativos turísticos naturais, com as cachoeiras. Corumbá, possui também Resorts, a exemplo Bali Park *resorts*, que conta com muitas atrações inerentes ao segmento de aventura, turismo rural, turismo gastronômico e outros. Corumbá possui também pequenas pousadas.

Um turista afirmou que já havia alguns *resorts* construídos em Alexânia, um desses *resorts* é a rede Tauá. Identificou-se que a construção desse *resort* teve

início no ano de 2017, sendo investidos 120 milhões no complexo turístico com 400 apartamentos.

Ficou evidente também que os turistas de classes mais altas, haviam frequentado áreas mais extensas, e municípios como Mambaí em Goiás e Jalapão em Tocantins foram mencionados, mesmo que de forma menos expressiva.

Os jovens das classes A e B, os maiores turistas da região da Chapada, relataram à pesquisadora que o fato da Chapada dos Veadeiros atrair muitos turistas de outras regiões do Brasil consiste em algo positivo, pois assim eles podem conhecer novas pessoas e ter contato com a natureza.

Já a cidade de Caldas Novas, foi bastante evidenciada e apontada como um destino relativamente acessível. Juntamente, com Goiânia, evidenciada principalmente por ser uma cidade de fácil acesso. Possui turismo gastronômico, feiras famosas, shows, festivais, entre outros.

Além disso Goiânia, Alexânia, foram bastante citados como destinos para realização de compras em Shoppings Centers e feiras. Alexânia foi alvo presente no discurso de muitos turistas mais velhos que relataram fazer parte de grupos específicos a exemplo dos grupos de motociclistas e outros grupos, como grupos para as práticas de aventura, ou passeios de bicicleta pela estrada. Vale ressaltar que Alexânia conta com alguns restaurantes na beira da estrada, alguns famosos como o “Jerivá” e o “Rota 66”, locais referenciados por alguns turistas como pontos de partida de seus encontros.

Constatou-se que a maior parte dos respondentes considerou o turismo importante ou extremamente importante para a vida, correspondendo a 92,94% dos participantes. Porém, muitos relataram que gostariam de viajar mais, e houve relatos sobre “não sobrar dinheiro” para viajar. Muitos também relataram que gostariam de conhecer mais localidades próximas do DF, porém nem todas são acessíveis, seja pela falta de transportes públicos que realizam viagens para essas localidades, a exemplo da Chapada dos Veadeiros, muito apontada como localidade de desejo de turistas da classe inferior, porém de difícil acesso. Os municípios da Chapada dos Veadeiros foram mencionados pelos moradores do DF, principalmente pelos mais jovens, das classes média e alta. Já os moradores de renda baixa, relataram que

adorariam conhecer a região da Chapada, mas o acesso não é tão fácil. Isso fica evidente, ao constatar-se que quase não existe transporte coletivo para essa região. Uma moradora de Ceilândia relatou à pesquisadora que consegue viajar para a região da Chapada dos Veadeiros somente por meio de caronas, pois não possui carro próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aporte teórico em relação ao turismo busca dialogar com autores que partem do princípio de que o turismo é uma prática socioespacial e que o turista deve ser compreendido como o consolidador dessa prática no território. Portanto, considerar esses agentes protagonistas do turismo pode contribuir para repensar o turismo. A pesquisa com análises quali-quantitativas com amostragem grande de turistas, 386, juntamente com os conceitos chave de teóricos do turismo e da geografia contribuiu para a investigação de como ocorre o turismo, se é somente no âmbito das verticalidades ou se é possível um turismo horizontal. Assim, os objetivos específicos de realizar uma discussão teórica sobre os conceitos de verticalidades e horizontalidades; realizar uma discussão teórica sobre território, turismo e territórios de proximidade; realizar pesquisa de campo no Distrito Federal e Adjacências e identificar os territórios frequentados pelo morador do Distrito Federal enquanto turista, foram fundamentais para a investigação da pesquisa.

Na análise, partiu-se do pressuposto de que o turismo global, verticalizado, cujo objetivo principal é o lucro, a exemplo dos resorts, são sistemas mais internacionais do que nacionais, e que como bem afirma Coriolano (2003, p. 108) “transforma os lugares em objetos mercadológicos, valorizando o espaço em função do valor de troca e do consumo”.

Por outro lado, o turismo horizontalizado consiste em um turismo que considera o território e a proximidade do turista com o território.

Diante das constatações acima, (anteriores) observou-se que frações significativas do território do Distrito Federal e (Ride e outras) abrigam usos turísticos. Além disso há solidariedades formadas pelos grupos de turistas que viajam juntos, com o Estado que muitas vezes se alia às empresas.

Sendo assim têm-se que o surgimento do turismo horizontalizado pode ser um incentivo a pequenas pousadas e pequenos negócios, e o mesmo deve ser incentivado pelo Estado, pois assim os turistas podem contribuir com um turismo no qual as comunidades locais possam ser inseridas.

O turismo sendo desenvolvido por todos os agentes turísticos, que não sejam somente os do empresariado, permite com que sejam criados laços entre os turistas e as comunidades. E os sentimentos de empatia e alteridade entre os grupos podem emergir.

Outra constatação importante diz respeito a preferência dos turistas por viagens curtas, bem como a própria realização do seu roteiro de viagem. Esses fatores poderiam ser explorados para a inserção de agentes que realizam o “turismo alternativo” em escala menor.

O Estado também pode adotar e incentivar medidas capazes de turistificar algumas localidades, por meio do desenvolvimento de infraestrutura adequada, pois assim, outras localidades poderiam ser pólos receptores de turistas, a exemplo de Pirenópolis, bastante elogiada e evidenciada pela grande maioria dos turistas entrevistados.

Essa pesquisa demonstrou acima de tudo que o morador do Distrito Federal possui uma região própria para suas práticas, foi evidenciada a proximidade do turista com o território. Sendo essas práticas visíveis em escala local/regional. Assim, parece bastante claro, que eles poderiam contribuir para a renda de muitos municípios e cidades.

Assim, há esperança de que agentes do turismo se reúnam cada vez mais para que o turismo seja efetivado como um turismo solidário capaz de contribuir com os turistas e as comunidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Carina Vasconcellos. Conceito de Turista Cidadão na Ação Viva o Centro a Pé em Porto Alegre. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 7., 2012, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: UCS, 2012. p. 1-13. Disponível em:

https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/03/01_46_19_Abreu.pdf. Acesso em: 15 nov. 2021.

ALMADA, José Alexandre Berto de. Lugar turístico e território usado: contribuições teóricas ao estudo do turismo a partir da geografia de Milton Santos. **Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [s.l.], v. 4, n. 15, p. 197-221, 2 jan. 2019. Universidade Federal do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v4n15p197-221>.

ANDRADE, Artur Luiz. **MTur quer fomentar Turismo rodoviário e de proximidade**. 2020. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/retomada-das-viagens/politica/2020/12/mtur-quer-fomentar-turismo-rodoviario-e-de-proximidade_178431.html. Acesso em: 20 mar. 2021.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz.; SOARES, B. R. Turismo e transformações espaciais no eixo Brasília - Goiânia/Brasil / Space tourism and changes in axis Brasília- Goiânia / Brazil. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 11, 2018. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45649>. Acesso em: 08 jul. 2021.

ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. **Turismo e dinâmica territorial no eixo Brasília - Goiânia**. 2008. 447 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: http://www.ppgeo.ig.ufu.br/sites/ppgeo.ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Anexos_Tese21Fernando.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

ARAÚJO, Cristina Pereira de. **Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários**. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.16.2011.tde-19012012-140819. Acesso em: 08 jul. 2021.

AULA Magna: "Território usado como categoria de análise social" com Maria Laura Silveira. Youtube, 08 abr. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ndFI0F98rg&t=123s. Acesso em: 01 dez. 2021.

BARBO, Lenora de Castro. **Preexistência de Brasília**: reconstruir o território para construir a memória. 2010. 384 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1995.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BENI, M. C. **Turismo, Políticas Públicas e Planejamento Regional**. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERTRAN, Paulo. Desastres Ambientais da Capitania de Goiás. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 70 p. 40-48, jan/fev 1991.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem**. Brasília: Editora UnB, 2011.

BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no planalto central**: eco-história do distrito federal - do indígena ao colonizador. Brasília: Solo, 1994.

BEZ, Maria Rosângela. **Pesquisa de Campo**: observações. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 36 slides, color. Disponível em: http://pesquisaemeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/52914869/Instrumentos_de_pesquisa_Coleta.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

BITTAR, Rodrigo. **Transferência da capital para o interior foi proposta em 1821**. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/139678-transferencia-da-capital-para-o-interior-foi-proposta-em-1821/>. Acesso em: 24 dez. 2021.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. *In*: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BORGES, Amanda Alves *et al.* Gestão turística e potencialidade de desenvolvimento da região do Lago Corumbá IV no estado de Goiás/Brasil. **Revista Cenário**, v. 9, n. 3, p. 354–373, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355127579_Gestao_turistica_e_potencialidade_de_desenvolvimento_da_regiao_do_Lago_Corumba_IV_no_Estado_de_Goias

Brasil_Management_of_tourism_and_the_potential_for_development_in_the_region_of_Lago_Corumba_IV_in_t. Acesso em: 08 dez. 2021

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Territórios do Turismo, Territórios de Todos?** Um estudo comparado sobre urbanização e formação de territórios em balneário turísticos do Nordeste do Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Conselho Nacional de Turismo. **Plano Nacional de Turismo – 2018-2022**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022-pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2017. Disponível em: <http://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/init.html#/home>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do Turismo**: Compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo 2019-2021**. Brasília: Ministério do Turismo, 2019b. Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: http://regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf. Acesso em: 08 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil**: Introdução ao Programa de Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo cultural**: orientações básicas / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e Praia: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Fundamentos Multidisciplinares do Turismo: História. *In*: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003.

CANÇÃO NOVA. **Dedicação da Catedral Metropolitana de Brasília completa 49 anos**. 2019. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/igreja/dedicacao-da-catedral-metropolitana-de-brasilia-completa-49-anos/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

CARDOSO, Antônio Manoel Bandeira. A Magna Carta: conceituação e antecedentes. **R. Inf. Legisl.**, Brasília, ano 23, n. 91, jul./set. 1986. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182020/000113791.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2021.

CARNEIRO, Lais Martins. **Contradições conceituais do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo e suas implicações na execução** – estudo de caso: Distrito Federal. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) — Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade. **Governança e turismo no sítio do Patrimônio Mundial de Brasília-DF, Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Questões Atuais da Reorganização do Território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento: em busca de uma delimitação conceitual**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, 2020 (Texto para Discussão nº 273). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td273>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: UFSC, 2007.

CLAVAL, Paul. O Território na transição Pós-Modernidade. **Geographia**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 7, 16 set. 2009. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia1999.v1i2.a13349>. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13349>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COM carnaval cancelado, Turismo incentiva passeios na capital. **Correio Braziliense**. Brasília, 12 fev. 2021. Lazer. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2021/02/4906290-com-carnaval-cancelado-turismo-incentiva-passeios-na-capital.html#tags>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. Lazer e turismo: novas centralidades da sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 3-22, ago. 2014.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Os limites do Desenvolvimento e do Turismo. *In*: CORIOLOANO, Luzia Neide (ed.) **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/texto-conceito-de-territorio.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CORIOLOANO, Luzia Neide; MENDES, Eluziane Gonzaga. As interfaces do Turismo nas Praias de Jericoacoara e Tatajuba: políticas, conflitos e gestões. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 96-115, 2009.

COSTA, Cléria Botelho da. Brasília: amor à cidade e cidadania. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL - TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10., 2010, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2010. p. 1-20. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270413259_ARQUIVO_BRASILIAversaoRecife.pdf. Acesso em: 14 nov. 2022.

COSTA, Cléria Botelho da. Nos jardins da memória: Brasília nos anos 1960 e 1970. *In*: Cléria Botelho da Costa; Eloísa Pereira Barroso. (Org.). **Brasília: diferentes olhares sobre a cidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015, v. 1, p. 29-57.

COSTA, Cléria Botelho da; BARROSO, Eloisa Pereira (org.). **Brasília: diferentes olhares sobre a cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

COSTA, Kelerson Semerene. **Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2013.

COUTO, Bruno Gontyjo do. Ideologia e utopia de Brasília: disputas em torno do projeto de Brasil moderno. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 730–731, 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do Turismo**: de lugares a pseudolugares. São Paulo: Roca, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. [s.l: s.n.], 2003.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Planejamento governamental do turismo**: convergências e contradições na produção do espaço. São Paulo: Roca, 2006.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, Mauro. **Meio Ambiente**. 2021. Disponível em:

<https://pirenopolis.tur.br/meioambiente>. Acesso em: 26 abr. 2022.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DISTRITO FEDERAL. Companhia de Desenvolvimento e Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN). **Distrito Federal em Síntese** – informações socioeconômicas e Geográficas. Brasília: CODEPLAN, 2012.

DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica. Brasília, DF, 1993.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal. **Administrações Regionais**. Brasília, DF: SEGOV, 2020. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/#:~:text=O%20Distrito%20Federal%20%C3%A9%20dividido,e%20coordenado%20dos%20servi%C3%A7os%20p%C3%ABlicos>. Acesso em 05 jan. 2022.

ELEUTÉRIO, Júlia; ALMEIDA, Marilene. Arredores de Brasília e cidades vizinhas ao DF são refúgios para o carnaval. **Correio Braziliense**. Brasília, 22 fev. 2022. Turismo, p. 41-42. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2022/02/4987142-arredores-de-brasilia-e-cidades-vizinhas-ao-df-sao-refugios-para-o-carnaval.html>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR). **Plano de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Espírito Santo (2004-2013)**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2004.

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. A inserção do espaço geográfico na política de turismo. *In*: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e Políticas Públicas Espaciais**. Brasília: Editora Ler, 2013.

FERREIRA, Raphael. **Como Brasília se tornou também a 'capital mística' do Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43411162>. Acesso em: 01 mar. 2022.

FLÁVIO, Lúcio. **O comandante da construção de Brasília**: pioneiro de primeira ordem, Israel pinheiro, na condição de braço direito de JK, foi o primeiro presidente da Novacap e primeiro prefeito da cidade. Pioneiro de primeira ordem, Israel Pinheiro, na condição de braço direito de JK, foi o primeiro presidente da Novacap e primeiro prefeito da cidade. 2019. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/05/02/o-comandante-da-construcao-de-brasilia/>. Acesso em: 08 fev. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FRACALOSSI, Igor. **O Palácio da Alvorada nas lentes de Joana França**. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/777831/o-palacio-da-alvorada-nas-lentes-de-joana-franca>. Acesso em: 01 fev. 2022.

GALVÃO, Ana Rúbia Gagliotto; FRANÇA, Francieli Mezzomo; BRAGA, Luís Carlos. O território e a territorialidade: contribuições de Claude Raffestin. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SOUZA, Edson Belo Clemente (Org.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 144p.

GERAIGES DE LEMOS, A. I. Urbanización y metropolización en Iberoamérica: una realidad a enfrentar en el siglo XXI. *In*: **Anales de geografía de la Universidad Complutense**. 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Ana Lucia de Abreu. **Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956 – 1960)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOMES, Maiara da Silva; STEINBERGER, Marília; BARBOSA, Renan Paixão. O potencial político da categoria “território usado”. *In*: STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e Políticas Espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013. p. 65-87.

GONÇALVES, Juliano Rosa; PELUSO, Marília Luiza. IDENTIDADE, IDENTIDADES. **Revista Tocantinense de Geografia**, [s.l.], v. 10, n. 22, p. 115-133, 17 nov. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. *In*: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Tribunais, 1990.

HOMERO, Valquíria; DUARTE, Melissa. Turismo em Brasília arrecadou mais de R\$ 130 milhões em 5 anos. **Poder 360**, [s. l.], 21.abr. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil-60-anos/turismo-em-brasil-130-milhoes-em-5-anos/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**. Brasília: IBGE, 2018.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1998.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Viva Lago Oeste será lançado na sexta-feira (8)**: iniciativa irá potencializar o turismo na região ecológica e rural do distrito federal. Iniciativa irá potencializar o turismo na região ecológica e rural do Distrito Federal. 2019. Elaborada por Redação Jornal de Brasília. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/viva-lago-oeste-sera-lancado-na-sexta-feira-8/>. Acesso em: 03 jan. 2022.

KNAFOU, Remy. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. *In*: RODRIGUES, Ayr Aparecida Balastrieri (org.) **Turismo e Geografia** – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

KRAHL, Mara Flora L. Características básicas do turismo rural: um olhar sobre o Brasil e o DF. *In*: STEINBERGER, Marília (org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE Editora, 2009.

LEITE, Raphael Irerê Almeida. **Rotas monumentais e caminhos satélites**: reflexões sobre o turismo a partir do mito fundador da capital. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) — Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LETÍCIA, Ana. **Chapada dos Veadeiros**: o que saber antes de ir. o que saber antes de ir. 2020. Disponível em: <https://blog.buscaonibus.com.br/chapada-dos-veadeiros-o-que-saber/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

LEVANTAMENTO reafirma potencial de Brasília para o turismo. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 jan. 2021. Turismo. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2021/01/4903749-levantamento-reafirma-potencial-de-brasilia-para-o-turismo.html>. Acesso em: 08 fev. 2021.

LIMA, Bárbara Lins. **Estrada Geral do Sertão**: potenciais turísticos de um caminho quase esquecido. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) — Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das Tribos**: O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MASSEY, Doreen. Um sentido Global do Lugar. *In*: ARANTES, Antônio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4332656/mod_resource/content/1/DOREEN%20MASSEY%20-%20SENTIDO%20GLOBAL%20DO%20LUGAR.pdf. Acesso em: 06 fev. 2021.

MATIAS, Átila. **RIDE-DF (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno)**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/ride.htm>. Acesso em: 01 mar. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 237-248, set. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NASCIMENTO JÚNIOR, Francisco das Chagas do. Do uso corporativo ao uso subversivo do território nos países periféricos. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 49-58, 2011.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. **Revista Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 941-961, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/46sqyXXBLLsJft68Z9RngJG/?lang=pt>. Acesso em: 05 fev. 2021.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Editora Paralelo 15, 2005.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. Território: contributo sobre distintos olhares. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 9, n. 17, p. 43-62, mar. 2020.

OLIVEIRA, Nilton Marques; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. As vozes do território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 25-52, jan. 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/2580/1/Artigo%20de%20Peri%C3%B3dico%20-%20As%20vozes%20do%20territ%C3%B3rio%20do%20Tocantins%20no%20processo%20de%20desenvolvimento%20regional.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PARDAL, Sara Bastos Durão Branco. **Repensar o Turismo e o Território no Oeste: os impactos da crise econômico-financeira**. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/9054>. Acesso em: 05 fevereiro 2021.

PAULA, Fernanda Cristina de. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 105-126, jul. 2011.

PAVIANI, Aldo. **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PAVIANI, Aldo. **DF-Brasília-Plano Piloto**: ontem, hoje e amanhã. 2017. Disponível em: <https://www.noticias.unb.br/artigos-main/1790-df-brasilia-plano-piloto-ontem-hoje-e-amanha>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PEARCE, Douglas G. Comparative studies in tourism research. *In*: PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (ed.). **Tourism research**: critiques and challenges. London: Routledge, 1993.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do Turismo**: Fluxos e Regiões no Mercado de Viagens. 2. ed. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

PEREIRA, Amneres Santiago de Brito. **Roteiro geopoético de Brasília**: experimentações e impressões simbólicas na rota de percursos turísticos. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) — Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

QUINTANA ROO. Gobierno del Estado. **Monografía del Municipio de Benito Juárez**. Cancún: Centro Estatal de Estudios Municipales de Quintana Roo, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REY, Luis. **Planejar e Redigir Trabalhos Científicos**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastri. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE. *In*: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastri (org.). **Turismo e Geografia** – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 147-162.

RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastri. **Turismo e Espaço**: Rumo a um conhecimento transdisciplinar. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: University Press, 1986.

SAMPAIO, Carlos. **Turismo como fenômeno Humano: princípios para se pensar a sócio economia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANT'ANNA, Chico. **As Regiões Administrativas do DF precisam de um fundo de autonomia progressiva**. 2020. Disponível em:

<https://chicosantanna.wordpress.com/2020/09/20/as-regioes-administrativas-do-df-precisam-de-um-fundo-de-autonomia-progressiva/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

SANTOS, D. P.; STEINBERGER, M.; OLIVEIRA, Suzana D.R. A importância do turista de negócios e eventos de Brasília no turismo do Distrito Federal. *In*: Marília Steinberger. (Org.). **Territórios Turísticos no Brasil Central**. Brasília: LGE, 2009. p. 111-136.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo. Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O Dinheiro e o Território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo. Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Tamoios**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-6, jan. 2006.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP. 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos das. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. p. 24-42. Disponível em: <http://www.geouerj.uerj.br/ojs/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

SERSON, Fernando Mindin. **Pacotes de turismo de lazer para o nordeste brasileiro: um estudo exploratório sobre a cadeia de suprimentos para as classes A & B**. 2006. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2593>. Acesso em: 03 set. 2021.

SILVA, Elisangela Aparecida Machado da; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz; FORTES, José Augusto Abreu Sá. A importância geoestratégica do Aeroporto Internacional de Brasília no desenvolvimento do turismo regional. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 3., p.303-316, dez. 2015.

SOUSA, Diogo Diniz de. **O uso do território e suas homogeneizações e heterogeneizações na política de turismo na Região turística de Brasília.** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In:* SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SOUZA, Nair Heloisa Bicalho de. **Construtores de Brasília.** Petrópolis: Vozes, 1983.

STEINBERGER, Marília (org.). **Território, estado e políticas públicas espaciais.** Brasília: Ler Editora, 2013.

STEINBERGER, Marília. **Território, agentes-atores e políticas públicas espaciais.** Brasília: Ler Editora, 2017.

STEINBERGER, Marília. **Territórios Turísticos no Brasil Central.** Brasília: LGE Editora, 2009.

STEINBERGER, Marília; CAMPOS, Neio Lúcio de Oliveira. Vulnerabilidade do uso do território da cidade pelos turistas. *In:* ENCONTRO HUMBOLDT, 9., 2007, Juiz de Fora, 2007. **Anais [...].** Juiz de Fora: Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, 2007.

STEINBERGER, Marília; SILVA, Ângela Menezes de Souza. A região Turística de Brasília: uma proposta para discussão. *In:* STEINBERGER, Marília (org.). **Territórios turísticos no Brasil Central.** Brasília: Editora LGE, 2009.

STEINBERGER, Marília; SILVA, Ângela Menezes da. A região turística de Brasília. *In:* STEINBERGER, Marília. **Territórios Turísticos no Brasil Central.** v. 1. Brasília: LGE, 2009.

SUCENA, Renata. **14 Resorts no Nordeste para ir em família**. 2021. Disponível em: <https://viagememdetalhes.com.br/14-resorts-no-nordeste-para-ir-em-familia/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global**. 2. ed. Tradução: Ana Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino; João Ricardo Barros Penteado. São Paulo: SENAC, 2002.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. (org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2003.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1999.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Resenha de Livro “Por uma Geografia do Poder”, de Claude Raffestin. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 116-122, jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://geopuc.geo.puc-rio.br/media/v8n14a2.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WESTIN, Ricardo. **Brasília, a capital que precisou de 150 anos para sair do papel**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/brasilia-a-capital-que-precisou-de-150-anos-para-sair-do-papel>. Acesso em: 24 dez. 2021.

YÁZIGI, Eduardo. Sobre o confinamento territorial do turismo: uma discussão sobre a liberdade. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 37-47, 1999.

APÊNDICE A

O seguinte questionário faz parte de uma pesquisa de conclusão de curso que procura repensar o turismo a partir da proximidade do turista com o território. Define-se o turismo como uma forma de se deslocar no território, com fins de viagens.

1. Você é residente de Brasília?

a. Sim ()

b. Não ()

2. Há quanto tempo você reside?

a. Até um ano ()

b. De 2 a 5 anos ()

c. De 6 a 10 anos ()

d. De 11 a 15 anos ()

e. De 16 a 20 anos ()

f. Mais de 20 anos ()

3. Qual sua idade em anos completos? _____

4. Região Administrativa de moradia:

1. Águas Claras ()

2. Arniqueira ()

3. Brazlândia ()

4. Candangolândia ()

5. Ceilândia ()

6. Cruzeiro ()

7. Fercal ()

8. Gama ()
9. Guará ()
10. Itapo ()
11. Jardim Botânico ()
12. Lago Norte ()
13. Lago Sul ()
14. Núcleo Bandeirante ()
15. Paranoá ()
16. Park Way ()
17. Planaltina ()
18. Plano Piloto ()
19. Recanto das Emas ()
20. Riacho Fundo ()
21. Riacho Fundo II ()
22. SIA ()
23. Samambaia ()
24. Santa Maria ()
25. São Sebastião ()
26. SCIA ()
27. Sobradinho I ()
28. Sobradinho II ()
29. Sol Nascente ()
30. Sudoeste/Octogonal ()

31. Taguatinga ()

32. Varjão ()

33. Vicente Pires ()

5. Quantas pessoas moram com você entre crianças e adultos, exceto você?

a. Moro sozinho ()

b. 1 ()

c. 2 ()

d. 3 ()

e. 4 ()

f. 5 ou mais ()

6. Somando sua renda mensal com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

a. Nenhuma renda ()

b. Até um salário-mínimo ()

c. De 1 a 3 salários-mínimos ()

d. De 4 a 6 salários-mínimos ()

e. De 7 a 9 salários-mínimos ()

f. De 10 a 12 salários-mínimos ()

g. Mais de 12 salários-mínimos ()

7. Você já viajou por localidades próximas ao DF?

a. Sim ()

b. Não ()

8. Nos últimos 5 anos, você viajou pelas localidades próximas ao DF?

a. Sim ()

b. Não ()

Se sim, para quais regiões: _____

9. Você costuma viajar:

a. Com a família ()

b. Com os amigos ()

c. Sozinho(a) ()

d. Outros: _____

10. Quantas vezes aproximadamente você praticou turismo nos últimos 5 anos:

a. Nenhuma ()

b. Uma ()

c. Duas ()

d. Três ()

e. Quatro ()

f. Cinco ou mais ()

11. Quantas dessas viagens foram para localidades próximas ao DF?

a. Nenhuma ()

b. Uma ()

c. Duas ()

d. Três ()

e. Quatro ()

f. Cinco ou + ()

g. Todas ()

12. Qual foi o critério de escolha dos locais que realizou turismo nos últimos 5 anos?

- a. Preço ()
- b. Indicação ()
- c. Pesquisa on-line ()
- d. Curta distância ()
- e. Infraestrutura ()
- f. Acessibilidade ()
- g. Contato com a natureza ()
- h. Motivos religiosos ()
- i. Lazer e cultura ()
- j. Outros: _____

13. Quando você faz turismo em localidades próximas ao DF, qual é seu meio de locomoção mais usual?

- a. Carro Próprio ()
- b. Carro Alugado ()
- c. Ônibus Convencional ()
- d. Ônibus Executivo ()
- e. Bicicleta ()
- f. Outros: () _____

14. Quando você faz turismo, qual é a duração média de suas viagens?

- a. Menos de um dia ()
- b. De 1 a 3 dias ()
- c. De 4 a 7 dias ()

d. De 8 a 14 dias ()

e. Mais de 14 Dias ()

15. Ao viajar você prefere montar seu roteiro de viagem ou comprar pacotes turísticos?

a. Montar roteiro de viagem ()

b. Comprar pacote turístico ()

16. Se você viajou nos últimos 5 anos, foi feita a compra de um pacote turístico em pelo menos uma das viagens?

a. Sim ()

b. Não ()

c. Não viajei ()

17. Qual o motivo?

a. Maior autonomia e flexibilidade ()

b. Preço ()

c. Costume ()

d. Insegurança ()

e. Praticidade ()

f. Outro: _____

18. Quanto você considera o turismo importante para sua vida?

a. Extremamente importante ()

b. Importante ()

c. Indiferente ()

d. Pouco importante ()

e. Não é importante ()